

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP
FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

JOÃO KARLOS DE LIMA FLORÊNCIO

O DESENVOLVIMENTO DA LITURGIA SEGUNDO A
SACROSANCTUM CONCILIUM

SÃO PAULO
2025

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP
FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

JOÃO KARLOS DE LIMA FLORÊNCIO

O DESENVOLVIMENTO DA LITURGIA SEGUNDO A
SACROSANCTUM CONCILIUM

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à banca examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência parcial para
obtenção do título de BACHAREL em
Teologia, sob a orientação do Prof. Dr.
Sidnei Fernandes Lima.

São Paulo

2025

Prof. Dr. Sidnei Fernandes Lima
(orientador)

Dedico este trabalho à memória do Papa Francisco, cujo pontificado foi farol de misericórdia, justiça e cuidado com a Casa Comum. Suas palavras ecoam nestas páginas como um chamado a construir uma Igreja “em saída”, onde a teologia não se encerre em livros, mas transforme vidas, igualmente como o Papa das periferias, que me ensinou que a verdadeira teologia se faz de joelhos, com as mãos na massa e o coração no Evangelho: seu legado de simplicidade, diálogo e amor aos marginalizados inspirou cada linha desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao Deus Eterno e Onipotente, pelo dom da vida e por tudo aquilo que pude vivenciar ao longo da minha história. Acredito que tudo foi um aprendizado para que eu pudesse me tornar uma pessoa melhor neste mundo.

Agradeço aos meus queridos pais, João Florêncio Silva Junior, e Maria José Carlos de Lima Florêncio, a minha irmã, Karlla Chillayne de Lima Florêncio, e ao meu irmão, João Paulo de Lima Florêncio, a toda a minha família, que na minha vida inteira me deu suporte e incentivo para que eu alcançasse meus sonhos.

Agradeço ao meu pai fundador, São Gaspar Bertoni e ao Venerável Irmão Roberto Giovane, CSS, por sua intercessão, cuidado e aconchego de pai e irmão para comigo. Agradeço imensamente à Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo (Estigmatinos) na magnífica pessoa do Reverendíssimo Superior Provincial Pe. Jordelio Siles Ledo, CSS, pela oportunidade e confiança na minha formação acadêmica. Obrigado pela credibilidade que depositaram em mim. Não posso me esquecer de todos os meus confrades, em especial o Ir. José Ferreira, CSS (*in memoriam*), e ao Pe. Luciano Romero da Silva, (meu promotor vocacional), a todos os meus formadores: Pe. Rodrigo Piola, CSS, Pe. Thiago Cordeiro de Moura, CSS, Pe. Valmir Vieira Cardoso, CSS. Meu muito obrigado! Recordo o Pe. José Odail Pertile, CSS, de saudosa memória. Ele deu sua contribuição através da sua disponibilidade, afeto e por seus inúmeros conselhos. Acredito que ele está junto de Deus intercedendo por mim e por toda Congregação Estigmatina.

Agradeço imensamente ao prefeito dos professos o Reverendíssimo Pe. Gilberto Dias Nunes, CSS, por me ajudar no crescimento humano, formativo, religioso e espiritual. Obrigado por tudo de todo coração, por sempre acreditar na minha vocação e pelas correções que muitas vezes foram necessárias para o meu crescimento.

Quero recordar a todos os companheiros de comunidade formativa, Cabral Lima e Emanuel Ferreira, entre eles os aspirantes, postulantes, noviços e professos das demais etapas formativa Estigmatina, e dizer a todos que vale a pena arriscar-se na vida e dar o seu sim em busca do Amado.

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período em que me dediquei a este trabalho, em especial gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha primeira

catequista, Maria José dos Santos, carinhosamente conhecida como Dona Maria Bento (*in memoriam*), por ter sido a luz que me conduziu aos mistérios da Liturgia. Com sabedoria e ternura, ela não apenas me ensinou, mas também me revelou a beleza sagrada dos sacramentos, sempre em sintonia com a riqueza da “devoção popular”. Sua dedicação e amor pela fé deixaram marcas indeléveis em minha jornada espiritual, e sua memória permanece viva em meu coração como um farol de inspiração e devoção, a ela, suplico a sua intercessão.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, fico feliz pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

Quero agradecer à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que foi muito importante na minha formação humana e intelectual. Sou muito grato a esta instituição e aos meus professores que me ensinaram sobre a importância da reflexão Teológica diante dos problemas da sociedade num contexto geral. Cada professor fez com que eu tivesse uma visão crítica a respeito da sociedade e mostrou a importância da Teologia, como Memoria Salvífica do Cristo Ressuscitado.

Rogo em especial a todos os Padres Conciliares, que Participaram ativamente do Concílio Vaticano II e se mostraram fundamentais, para a renovação da vida religiosa consagrada, sempre dispostos ajudar o crescimento da Santa Igreja de Deus.

Ao Prof. Dr. Valeriano dos Santos Costa, e ao grande amigo Prof. Dr. Pe. Antônio Sagrado Bogaz, FDP, que se mostrou alguém tão fundamental para mim, sempre dispostos a me ajudar.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Pe. Sidnei Fernandes Lima, que soube me conceder as palavras certas para que eu desenvolvesse este trabalho acadêmico. Agradeço por toda dedicação e compromisso.

Agradeço a minha comunidade de origem a Paróquia Santo Antônio, pertencente à Diocese de Caruaru, na pessoa do Pe. Helder Torres pela amizade e orações; também recordo de todo o coração à amada Paróquia de Santo Antônio, situada na Diocese de Santos, onde desempenho meus trabalhos pastorais neste último ano, a todo o povo de Deus, que tanto amo agradeço pela amizade e orações.

Por fim, agradeço a todos que direta e indiretamente tem contribuído na minha formação enquanto um ser cheio de limites, mas com o desejo de crescer constantemente.

Abandonemos as controvérsias para ouvimos juntos o que o Espírito diz à Igreja, aguardemos a comunhão, continuemos a nos maravilhar com a beleza da Liturgia. A Páscoa nos foi dada, deixemo-nos envolver pelo desejo que o Senhor continua a ter de poder comê-la conosco.

Papa Francisco (*in memoriam*)

RESUMO

FLORENCIO, João Karlos de Lima. **O desenvolvimento da Liturgia segundo a *Sacrosanctum Concilium***. São Paulo: 2025, 62 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Teologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

Este trabalho de conclusão de curso analisa o desenvolvimento da liturgia, à luz da Constituição *Sacrosanctum Concilium* do Concílio Vaticano II, explorando como esse documento fundamental reformulou a prática litúrgica na Igreja Católica, promovendo uma participação mais ativa e consciente dos fiéis. A pesquisa focaliza nos princípios estabelecidos pela *Sacrosanctum Concilium* que visam tornar a liturgia uma expressão comunitária e central na vida espiritual dos leigos. Além disso, serão examinados os impactos dessa reforma na renovação da vida eclesial, assim como os desafios e oportunidades que surgem para a Igreja no contexto contemporâneo, considerando que a *Sacrosanctum Concilium* desempenhou um papel crucial na revitalização da liturgia ao aproximá-la da comunidade de fiéis e reforçar seu caráter como celebração coletiva e significativa.

Palavras-chaves: Liturgia; *Sacrosanctum Concilium*; Concílio Vaticano II; Reforma litúrgica; Vida eclesial.

ABSTRACT

FLORENCE, João Karlos de Lima. **The Development of the Liturgy According to Sacrosanctum Concilium**. São Paulo: 2025, 62 pages. Final Course Work (Bachelor's Degree in Theology), Pontifical Catholic University of São Paulo – PUC-SP.

This final paper analyzes the development of the liturgy in light of the Constitution Sacrosanctum Concilium of the Second Vatican Council, exploring how this fundamental document reformulated liturgical practice in the Catholic Church, promoting a more active and conscious participation of the faithful. The research focuses on the principles established by Sacrosanctum Concilium that aim to make the liturgy a communal and central expression in the spiritual life of the laity. In addition, the impacts of this reform on the renewal of ecclesial life will be examined, as well as the challenges and opportunities that arise for the Church in the contemporary context, considering that Sacrosanctum Concilium played a crucial role in the revitalization of the liturgy by bringing it closer to the community of believers and reinforcing its character as a collective and meaningful celebration.

Keywords: Liturgy; Sacrosanctum Concilium; Second Vatican Council; Liturgical reform; Ecclesial life.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DAp	Documento de Aparecida
DD	Carta Apostólica <i>Desiderio Desideravi</i>
EG	Exortação Apostólica <i>Evangelii Gaudium</i>
GS	Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i>
IGMR	Instrução Geral sobre o Missal Romano e Introdução ao
RM	Carta Encíclica <i>Redemptoris Missio</i>
SC	Constituição Conciliar <i>Sacrosanctum Concilium</i>
SS	Carta Apostólica <i>Spiritus et Sponsa</i>
TC	Carta Apostólica em forma de <i>Motu Proprio Traditionis Custodes</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEOLÓGICOS DA LITURGIA ...	12
1.1. Movimento anterior ao Concílio Vaticano II	12
1.2. A visão inovadora da <i>Sacrosanctum Concilium</i>	19
1.3. Os trabalhos das comissões litúrgicas	23
1.4. A liturgia em processo de renovação	24
CAPÍTULO 2: O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO LATINO-AMERICANO	26
2.1. A visão da liturgia a partir da América Latina	26
2.2. Influências da Teologia da Libertação na liturgia Latino-americana.....	28
2.3. Tradução e edição do Missal Romano para o Brasil	31
2.4. A reforma litúrgica como processo vivo	38
CAPÍTULO 3: DESAFIOS PARA A CELEBRAÇÃO LITÚRGICA CONTEMPORÂNEA	39
3.1. Neoconservadorismo: um corpo esdrúxulo	39
3.2. A nostalgia por eras passadas: um retorno equivocado	43
3.3. O impacto das redes sociais: neoconservadorismo e a difusão de práticas litúrgicas abusivas	46
3.4. Renovação litúrgica: caminhos para uma Igreja Missionária	49
3.5. Síntese e perspectivas.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

INTRODUÇÃO

O Concílio Ecumênico Vaticano II representa um dos momentos mais marcantes e transformadores da história da Igreja Católica na era contemporânea. Sua repercussão estendeu-se a diversos aspectos da vida eclesial, promovendo mudanças profundas na maneira como a Igreja passou a se relacionar e dialogar com o mundo moderno. Mesmo antes da realização do Concílio, já existiam movimentos e iniciativas que visavam uma renovação interna, com o objetivo de dinamizar a evangelização e a presença da Igreja na sociedade.

No campo litúrgico, esse impulso por atualização também se fazia presente no período que antecedeu o Concílio, encontrando amplo apoio e aceitação por parte da hierarquia eclesiástica (AUGÉ, 2007. p.56). A reestruturação que se seguiu não apenas modernizou práticas e abordagens, mas também reforçou a capacidade da Igreja de dialogar, enquanto instituição, adaptando-se aos novos tempos, atenta às necessidades e desafios do mundo atual, porém sem perder de vista sua identidade.

O Movimento Litúrgico do século XX desempenhou papel decisivo nesse caminho de reforma, servindo de base para as discussões conciliares que culminaram na *Sacrosanctum Concilium* (SC), descrita como o “documento litúrgico mais importante e decisivo publicado até hoje” (BECKHAUSER, 2012. p. 10). Esta Constituição, objeto central deste Trabalho de Conclusão de Curso, abriu novos horizontes para a compreensão e vivência da liturgia católica, ao promover uma reforma que visava levar à Igreja a celebrar de modo mais pleno os mistérios da fé. (Cf. BOGAZ e HANSEN, 2012, p. 18).

Essa reforma trouxe desdobramentos significativos em toda a Igreja, com destaque para a América Latina, que assimilou diversas diretrizes conciliares de maneira criativa e contextualizada (Cf. BOGAZ e HANSEN, 2012, p. 62). A SC, por meio de suas orientações, incentivou uma maior participação mais ativa dos féis no culto divino, sem distinções (Cf. BOGAZ e HANSEN, 2012, p. 16), promoveu uma espiritualidade litúrgica mais contextualizada, que contemplasse as culturas e realidades locais de cada comunidade celebrativa (Cf. SC, nº 37) e propôs simplificações rituais que favorecessem a compreensão, sem, contudo, esvaziar o mistério, ou seja, sem desconsiderar a mística da presença salvífica de Jesus Cristo (Cf. SC, nº 34).

Desse modo, o principal intuito desse documento conciliar é, como afirma o próprio texto, “fomentar sempre mais a vida cristã entre os fiéis” (SC, nº 01). Entretanto, embora possua grande relevância para a vida litúrgica da Igreja, a SC foi alvo de interpretações equivocadas que resultaram, em certos contextos, à racionalização excessiva do culto e do mistério que ele envolve (Cf. CARDITA, 2018, p. 49). Obviamente, tais distorções não desqualificam as orientações do Magistério, mas evidenciam a necessidade de uma compreensão profunda dos ritos e de uma formação litúrgica contínua, a ser promovida especialmente pelos ordinários locais (Cf. SC, nº 19).

Dessa forma, o presente estudo propõe uma análise abrangente dos antecedentes, das temáticas centrais e das influências posteriores da *Sacrosanctum Concilium*, buscando compreender como essa Constituição contribui para reforçar a centralidade da liturgia na vida e missão da Igreja, conforme a afirmação do texto conciliar de que “a liturgia é o cimo para o qual se dirige a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte donde emana toda a sua força” (SC, nº 10).

CAPÍTULO 1: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEOLÓGICOS DA LITURGIA

A liturgia sempre ocupou um lugar importante na vida da Igreja, sendo a expressão visível da fé e da comunhão entre os fiéis. Ao longo dos séculos, porém, suas formas e práticas passaram por diversas transformações, influenciadas por contextos históricos, culturais e teológicos (AGUIAR, 2024, p. 217).

Com o advento do Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, a Igreja buscou uma renovação profunda, a fim de responder com fidelidade e criatividade frente às necessidades pastorais e espirituais do mundo contemporâneo (GOMES, 2024, p. 12). Entre os temas centrais debatidos pelo Concílio esteve a revisão da compreensão histórica e teológica da liturgia (BUGNINI, 2018, p. 47), evidenciando sua importância para a vida da fé e a missão da Igreja.

Refletir sobre o Concílio Vaticano II é, portanto, fundamental para compreender a tensão entre tradição e renovação no interior da Igreja. O Concílio não representou uma ruptura com a tradição da fé recebida pelos apóstolos, mas sim uma atualização pastoral e litúrgica necessária, profundamente enraizada na Tradição e capaz de responder aos desafios de um novo tempo, especialmente após os impactos das Guerras Mundiais. Essa abordagem é crucial para evitar interpretações polarizadas: por um lado, a leitura progressista que o desvincula e o isola dos Concílios anteriores, como Trento (1545-1563) e Vaticano I (1869-1870).

O Vaticano II deve ser entendido como parte de um contínuo histórico-teológico, e não como um *super Concílio* que se sobrepõe aos demais. A convocação de João XXIII, inspirada pela percepção de que a Igreja se encontrava "na fronteira de uma nova época", reflete a sensibilidade pastoral voltada ao diálogo com o mundo moderno, sem abandonar as raízes da fé. Reconhecer o valor do Concílio Vaticano II é, portanto, afirmar sua autenticidade doutrinal e seu compromisso de revitalizar a mensagem cristã em um contexto de profundas transformações.

1.1. Movimento anterior ao Concílio Vaticano II

No que diz respeito à importância da revisão litúrgica, a *Sacrosanctum Concilium* enfatizou a participação plena e ativa dos fiéis, afirmando que

Na reforma e incremento da sagrada Liturgia, deve-se dedicar especial atenção para que todo o povo nela participe plena e ativamente, pois é a

primeira e indispensável fonte da qual os fiéis poderão beber o espírito verdadeiramente cristão. Por este motivo, os pastores da Igreja devem esforçar-se para obtê-la, através de uma adequada formação, em toda ação pastoral (SC, nº 27).

Desse modo, faz-se necessário compreender os fundamentos históricos e teológicos que nortearam a reforma litúrgica proposta pelo Concílio, com foco especial na Constituição sobre a liturgia. Para melhor entender as mudanças implementadas, é crucial retornar à história da liturgia, considerando suas raízes nas primeiras comunidades cristãs, passando pela Idade Média e o contexto que antecedeu o Concílio. Além disso, será abordada a importância da liturgia como elemento vital da vida cristã, em sua função teológica de unir os fiéis e expressar o mistério da salvação.

É necessário ter em conta de que a reforma litúrgica não emergiu de forma abrupta, mas de um longo processo de reflexão teológica que visava tornar não somente a liturgia, mas toda a presença da Igreja mais acessível e significativa para os cristãos de todas as épocas (JOÃO XXIII, 1959). Assim, o principal objetivo do Concílio, foi “estabelecer um genuíno diálogo entre a realidade e a fé” (GOMES, 2024, p. 14), ou seja, entre a Igreja e a sociedade. Com isso, buscou-se valorizar tanto os elementos tradicionais da liturgia quanto adaptar a celebração às realidades contemporâneas.

Neste sentido, o estudo da teologia por trás da liturgia, juntamente com sua evolução histórica, é fundamental para compreender as intenções do Vaticano II e seu impacto na prática litúrgica da Igreja até os dias atuais.

Em um dos momentos mais significativos do século XX para a Igreja Católica, o Papa João XXIII, apenas três meses após sua eleição, anunciou a convocação de um novo Concílio Ecumênico:

Veneráveis Irmãos e Nossos Amados Filhos! Pronunciamos diante de vocês, certamente trêmulos de emoção, mas ao mesmo tempo com humilde determinação de propósito, o nome e a proposta da dupla celebração: de um Sínodo Diocesano para a Cidade e de um Concílio Ecumênico para a Igreja universal (JOÃO XXIII, 1959).

Esse anúncio histórico ocorreu em 25 de janeiro de 1959, na Basílica de São Paulo Fora dos Muros, durante a festa da Conversão de São Paulo. A decisão foi recebida com espanto e admiração, não apenas por sua magnitude, mas por representar um marco na postura da Igreja em relação ao mundo moderno.

Infelizmente, a família cristã, não atingiu ainda, plena e perfeitamente, está visível unidade na verdade. A Igreja Católica julga, portanto, dever seu

empenhar-se ativamente para que se realize o grande mistério daquela unidade, que Jesus Cristo pediu com oração ardente ao Pai celeste, pouco antes do seu sacrifício. Ela goza de paz suave, bem convicta de estar intimamente unida com aquela oração; e muito se alegra depois, quando vê que essa invocação estende a sua eficácia, com frutos salutareis, mesmo àqueles que estão fora do seu seio. Mais ainda, se consideramos bem esta mesma unidade, impetrada por Cristo para a sua Igreja, parece brilhar com tríplice raio de luz sobrenatural e benéfica: a unidade dos católicos entre si, que se deve manter exemplarmente firmíssima; a unidade de orações e desejos ardentes, com os quais os cristãos separados desta Sé Apostólica ambicionam unir-se conosco; por fim, a unidade na estima e no respeito para com a Igreja Católica, por parte daqueles que seguem ainda religiões não-cristãs (JOÃO XXIII, 1962).

No discurso de abertura do Concílio, em 11 de outubro de 1962, João XXIII destacou o *aggiornamento*¹ como finalidade principal: sua intenção não era romper com a Tradição, mas adaptá-la às novas realidades pastorais e espirituais do século XX:

É nosso dever não só conservar este tesouro precioso, como se nos preocupássemos unicamente da antiguidade, mas também dedicar-nos com vontade pronta e sem temor àquele trabalho hoje exigido, prossequindo assim o caminho que a Igreja percorre há vinte séculos. A finalidade principal deste Concílio não é, portanto, a discussão de um ou outro tema da doutrina fundamental da Igreja, repetindo e proclamando o ensino dos Padres e dos Teólogos antigos e modernos, que se supõe sempre bem presente e familiar ao nosso espírito (JOÃO XXIII, 1962).

João XXIII desejava que o Concílio fosse uma resposta às transformações sociais pós-guerra, não para condenar erros, mas para oferecer ao mundo moderno uma visão mais positiva do papel da Igreja e de sua missão, refletindo a natureza pastoral da Igreja, buscando revitalizá-la e torná-la mais acessível, tanto para os fiéis quanto para aqueles que estavam distantes dela.

A escolha da Basílica de São Paulo Fora dos Muros também foi emblemática, pois São Paulo é uma figura central na história do cristianismo, simbolizando a missão da Igreja de levar o Evangelho a todos os povos. Essa conexão entre o apóstolo dos gentios e o desejo do Papa de abrir a Igreja para um diálogo mais profundo com o mundo contemporâneo revela o caráter missionário da iniciativa.

Souza (Cf. 2020, p. 374) destaca que não se pode analisar o Vaticano II apenas pelos textos conciliares: é fundamental considerar também a fase de preparação –

¹ *Aggiornamento*: Descrição terminológica. *Aggiornamento* (a.) significa, em italiano, atualização. Tem três sentidos básicos: pôr em dia ou manter em dia; modernização. adequação a exigências ou critérios novos; adiamento. Usado por João XXII para indicar o escopo do Vaticano II, o termo a. passou a ser usado, em âmbito eclesial, sem tradução. Não aparece como tal nos textos do Vaticano II senão sob expressões latinas equivalentes como "*accommodatio*", "*renovatio*", "*adaptatio*", "*instauratio*" e análogas (PASSOS; SANCHEZ. 2015, p. 08)

marcada por intensos debates teológicos e pastorais –, a dinâmica interna do Concílio durante as quatro sessões e os desdobramentos posteriores, como a implementação das reformas, os desafios pastorais enfrentados pelas dioceses e o surgimento de novas interpretações teológicas impulsionadas pela recepção conciliar, ou seja, [e preciso considerar sua preparação, realização e desdobramentos. O Concílio foi um processo marcado por diálogos e tensões entre correntes conservadoras e progressistas. Essa visão ampla é essencial para uma análise crítica e profunda, que reconheça o concílio como um processo contínuo de renovação e diálogo na Igreja.

A intuição pastoral do Papa era ler os sinais dos tempos sem comprometer os fundamentos da fé católica. Ao abordar as motivações do Papa João XXIII, é essencial compreender que ele não via o Concílio como mera formalidade, mas como uma resposta urgente às transformações sociais e culturais vivenciadas no período pós-guerra. A Igreja, segundo o Pontífice, precisava ler os sinais dos tempos e adaptar-se sem, no entanto, comprometer os fundamentos da fé cristã (COMBLIN, 2006). Dessa forma, o Vaticano II foi concebido não apenas como um evento interno à Igreja Católica, mas como um convite ao diálogo profundo com o mundo, buscando uma renovação simultaneamente interna e externa.

A decisão de convocar um Concílio também causou surpresa, considerando que o último Concílio Ecumênico – o Vaticano I – havia ocorrido quase um século antes, e muitos acreditavam não haver necessidade de outro. Contudo, João XXIII reconhecia que o mundo havia se transformado drasticamente e que a Igreja precisava responder de maneira pastoral às novas questões emergentes.

Segundo Gomes (2024, p. 12), “o Vaticano II não foi uma reunião legislativo-judicial cujo objetivo principal era assegurar a ordem pública na Igreja e isolá-la da contaminação externa”; antes, foi a abertura a novos horizontes, uma busca por aprofundar identidades e visões mais autênticas da Igreja enquanto Esposa de Cristo, voltada ao serviço de toda a humanidade.

A busca por renovação e diálogo proporcionada pelo Concílio, visava não apenas revitalizar a Igreja, mas também reafirmar sua missão universal de levar a mensagem de Cristo ao mundo moderno. Nesse sentido, a reforma litúrgica visava possibilitar “que todos os fiéis cheguem àquela plena, consciente e ativa participação nas celebrações litúrgicas que a própria natureza da Liturgia exige e que é, por força do Batismo, um direito e um dever do povo cristão” (SC, nº 14). Essa mudança alterou profundamente o curso da história eclesial, estabelecendo novas diretrizes para a

prática litúrgica, a relação com outras religiões e o papel da Igreja no mundo contemporâneo.

O contexto histórico que levou a reforma da Igreja por meio do Concílio Vaticano II é multifacetado. Envolveu a necessidade de adaptação às realidades contemporâneas e a busca por uma expressão mais autêntica da fé cristã. No campo litúrgico, os Padres Conciliares² reconheceram a urgência de uma reforma que promovesse a participação plena, consciente e ativa do Povo de Deus. O Papa João Paulo II, ao comentar sobre a *Sacrosanctum Concilium*, afirmou que a liturgia é a "fonte e ápice da vida eclesial" (SS, nº 6), e destacou que a participação dos fiéis é essencial para a vivência da fé cristã. Essa ideia foi reiterada pelo Papa Francisco, que afirmou "sem reforma litúrgica não há reforma da Igreja" (FRANCISCO, 2024).

A respeito do termo liturgia, Borobio (2009) vai dizer que

Quando em linguagem comum ouvimos falar em liturgia, com frequência entendemos tratar-se de um ato público ritualizado ou submetido a normas precisas. Por exemplo, a liturgia dos jogos olímpicos, das eleições democráticas, de uma manifestação... E se se trata de liturgia da Igreja nossa atenção se dirige sobretudo à ação ritual que comporta. Mas o rito, um dos elementos centrais da liturgia, não é tudo. Dentro ou através de uma ação litúrgica se encontra o mistério e a vida, por trás do que aparece se encontra o ser, no significativo ou formas externas se manifestam o conteúdo e o sentido interno. E não se pode separar uma coisa da outra. Quando se faz assim, cai-se facilmente no ritualismo ou na exterioridade formalista, ou no interiorismo e na subjetividade pietista (BOROBIO, 2009, p. 45).

O autor distingue, assim, a liturgia enquanto ato ritual de sua dimensão mais profunda, que envolve mistério e vida. Reduzir a liturgia ao aspecto formal pode levar ao ritualismo – quando o rito é cumprido como formalidade – ou ao interiorismo subjetivo, quando a fé se reduz a uma experiência isolada, desligada da comunidade e dos signos sacramentais. A compreensão integral da liturgia exige a harmonização entre o exterior e o interior, o rito e o mistério, o visível e o invisível. Quando essa

² **Padres conciliares** é o título dado aos membros ou sujeitos privilegiados da realização do Concílio Vaticano II, o 21º Ecumênico. Os bispos conciliares sucedem o colégio dos Apóstolos no Magistério e, unidos ao papa, exercem o máximo poder, com respeito a toda a IGREJA o de que dispõe o Colégio dos bispos assim convocado pelo bispo de Roma. Assim foram chamados todos os que tinham direito a voz e voto, como bispos (patriarcas, cardeais, arcebispos, arcebispos-maiores, bispos diocesanos, bispos titulares, bispos auxiliares, prelados, vigários apostólicos, exarcas, eparcas, abades nullius, administradores apostólicos, prefeitos apostólicos, ordinários militares) ou como superiores gerais de ordens ou congregações religiosas. O número oficial foi de 3060 membros votantes nas quatro sessões conciliares, que duravam dois a três meses a cada ano, vindos de 145 países, sendo 129 destes superiores gerais e todos os demais eram bispos. Todos estiveram presentes ao menos em uma das sessões conciliares ocorridas entre os anos de 1962 à 1965, na Basílica de São Pedro, no Vaticano. (PASSOS, p. 707).

unidade é preservada, a liturgia se torna uma expressão plena da fé, um caminho para a graça e o encontro com Deus.

Desse modo, a liturgia não é mero espetáculo nem prática devocional individualista: é uma manifestação viva do encontro entre Deus e a humanidade (VATICAN NEWS, 2021).

O Concílio Vaticano II representou, assim, uma atualização profunda da vida e da prática da Igreja. Essa reforma, contudo, não surgiu de modo improvisado: foi fruto de um longo processo de reflexão, envolvendo diversos aspectos e agentes que atuaram na preparação do texto conciliar. Apesar das resistências enfrentadas durante e após o Concílio, é inegável que a reforma litúrgica permanece como um dos principais legados do Vaticano II.

Bugnini (2018), figura central na elaboração da *Sacrosanctum Concilium*, destaca que

[...] sem o Papa Paulo VI e sem Bugnini, a Igreja não teria tido a reforma litúrgica que teve. Há mesmo até quem afirme que sem mons. Annibale Bugnini, a Igreja sequer teria tido a Constituição sobre a liturgia, pelo menos nos termos em que foi aprovada no concílio Vaticano II. Efetivamente, embora seja possível criticar um ou outro ponto da reforma litúrgica, a verdade é que ela ainda não foi implementada em sua plenitude na Igreja: ela se apresenta como uma obra ainda por se concretizar no conjunto da vida dos fiéis e da Igreja, que é - como bem percebeu Bugnini - "múltipla pelo número das nações e variada nas expressões". Apesar de todos os ataques que essa reforma recebeu desde seus inícios, a renovação da liturgia mostrou-se cada vez mais como um dos principais legados do Vaticano II para a Igreja e para a humanidade (BUGNINI, 2018, p.20).

A renovação desejada pelo Concílio Vaticano II não foi, portanto, um ponto de chegada, mas o início de um caminho eclesial que permanece aberto. Como assinala Bugnini (2018, p. 20), a reforma não deve ser interpretada como ruptura, mas como continuidade dinâmica da Tradição viva da Igreja. Contudo, o fato de que a reforma ainda não foi plenamente concretizada em todas as suas dimensões nos leva a refletir sobre a natureza dinâmica da liturgia. A diversidade cultural da Igreja implica que a liturgia deve ser um espaço vivo, que dialogue e se adapte às realidades com as quais a Igreja está em contato. Essa adaptabilidade é crucial, pois a liturgia não é apenas um ritual, mas um ponto de encontro entre o sagrado e o cotidiano, que deve ressoar na experiência dos fiéis.

Como expressão da fé celebrada, a liturgia continua a desempenhar um papel central na missão evangelizadora da Igreja, unindo a comunidade dos crentes e tornando visível o Reino de Deus no meio do mundo. Ao reconhecer o valor teológico,

pastoral e antropológico da liturgia reformada, a Igreja se compromete com um testemunho que seja, ao mesmo tempo, fiel às suas raízes e sensível aos desafios do presente. Nesse contexto, o legado do Concílio permanece como um chamado constante à conversão litúrgica, à formação continuada dos agentes pastorais e à vivência autêntica da fé no cotidiano das comunidades.

Em última análise, a reflexão sobre a reforma litúrgica nos convida a um compromisso renovado com a vivência da fé, em todas as suas expressões, em busca de um autêntico encontro com o divino. Em entrevista concedida à revista *La Civiltà Cattolica*, o Papa Francisco afirma que

O Vaticano II foi uma releitura do Evangelho à luz da cultura contemporânea. Produziu um movimento de renovação que vem simplesmente do próprio Evangelho. Os frutos são enormes. Basta recordar a liturgia. O trabalho da reforma litúrgica foi um serviço ao povo como releitura do Evangelho a partir de uma situação histórica concreta. Sim, existem linhas de hermenêutica de continuidade e de descontinuidade. Todavia, uma coisa é clara: a dinâmica de leitura do Evangelho no hoje, que é própria do Concílio, é absolutamente irreversível (FRANCISCO, 2013³).

Na citação do Papa Francisco, a afirmação de que o Vaticano II representa uma releitura do Evangelho à luz da cultura contemporânea destaca a necessidade de uma Igreja que dialogue ativamente com o seu tempo. O Concílio não é apenas um evento histórico, mas um convite constante à Igreja para que se envolva com as realidades do mundo atual. Essa releitura implica um esforço consciente para entender como a mensagem de Cristo pode ser vivida e compartilhada em contextos que são, muitas vezes, radicalmente diferentes daqueles em que a Igreja se estabeleceu.

Ao afirmar que a renovação provém do próprio Evangelho, o Papa Francisco sugere que, em vez de se prender a tradições que podem se tornar obsoletas, a Igreja deve buscar continuamente a essência da mensagem cristã, adaptando sua expressão às necessidades e anseios contemporâneos. Essa abordagem não trata apenas de mudança, mas de uma profunda fidelidade à missão de Jesus, que sempre buscou atender às necessidades do povo.

A perspectiva de que a dinâmica de leitura do Evangelho é irreversível sublinha uma transformação profunda dentro da Igreja, que não pode ser ignorada. O Papa

³ Tradução nossa. Texto original em língua italiana: “*Il Vaticano II è stato una rilettura del Vangelo alla luce della cultura contemporanea. Ha prodotto un movimento di rinnovamento che semplicemente viene dallo stesso Vangelo. I frutti sono enormi. Basta ricordare la liturgia. Il lavoro della riforma liturgica è stato un servizio al popolo come rilettura del Vangelo a partire da una situazione storica concreta. Sì, ci sono linee di ermeneutica di continuità e di discontinuità, tuttavia una cosa è chiara: la dinamica di lettura del Vangelo attualizzata nell’oggi che è stata propria del concilio è assolutamente irreversibile*”.

Francisco nos desafia a reconhecer que, embora existam tensões entre continuidade e descontinuidade, o importante é a busca pela verdade que ressoa no coração da fé cristã.

Os frutos do Vaticano II, especialmente no que tange à reforma litúrgica, representam não apenas uma mudança na forma de celebração, mas um convite à participação ativa dos fiéis. Essa participação é essencial para que a Igreja possa se tornar uma comunidade vibrante e inclusiva, onde cada voz é valorizada.

Além disso, a abertura para o diálogo inter-religioso e o comprometimento com a justiça social refletem a urgência de se posicionar frente aos desafios contemporâneos, como a desigualdade e a violência. Assim, a irreversibilidade dessa dinâmica não é apenas um chamado à ação, mas uma reafirmação da missão da Igreja de ser uma luz no mundo, promovendo a esperança e o amor em um tempo que, muitas vezes, parece sombrio.

Portanto, o desafio que nos é colocado é o de vivermos essa renovação de maneira concreta, permitindo que a mensagem do Evangelho transforme não apenas a nós mesmos, mas também as estruturas sociais que nos cercam.

1.2. A visão inovadora da *Sacrosanctum Concilium*

Ao nos depararmos com a *Sacrosanctum Concilium*, percebemos que o documento conciliar nos provoca a repensar como vivemos a liturgia em comunidade. Esta constituição não é apenas uma peça do passado; ela é um convite para que todos os fiéis se sintam verdadeiramente parte da celebração da fé. É uma oportunidade de tornar as experiências espirituais mais autênticas e conectadas com as realidades da vida.

O Sagrado Concílio se propõe a fomentar cada vez mais entre os fiéis a vida cristã; adaptar melhor às necessidades do nosso tempo as instituições que podem ser modificadas; favorecer tudo o que possa contribuir para a união de todos aqueles que creem em Jesus Cristo; e fortalecer tudo o que possa atrair todas as pessoas ao seio da Igreja. Por isso, julga ter a obrigação de providenciar, de maneira especial, a reforma e o incremento da Liturgia (SC, nº 1).

O que impressiona é como essa proposta de reforma, com uma liturgia mais acessível, ainda ressoa fortemente com os desafios que enfrentamos hoje. Em tempos de mudanças sociais e culturais rápidas, a *Sacrosanctum Concilium* nos impulsiona a ver a liturgia como um espaço vibrante de encontro e reflexão.

Pretendemos, assim, explorar não apenas os aspectos teológicos e históricos desse documento, mas também refletir sobre como suas diretrizes podem ser aplicadas à prática, enriquecendo a vivência da fé em nossas comunidades.

Mas, para assegurar toda esta eficácia, é necessário que os fiéis participem da sagrada Liturgia com reta intenção e boa disposição de ânimo, que coloquem sua alma em sintonia com as palavras que pronunciam, e colaborem com a graça de Deus a fim de não a receber em vão. Por esta razão, os pastores da Igreja devem vigiar para que, nas ações litúrgicas, não só se observem as leis que lhe assegurem a válida e licita celebração, mas também que os fiéis possam participar-delas-de forma consciente, ativa e frutuosa (SC, nº 11).

Ao enfatizar a participação ativa, a constituição nos interpela sobre nosso papel dentro da liturgia. Muitas vezes, podemos nos sentir meros espectadores, mas este primeiro documento aprovado no Concílio Vaticano II nos recorda que todos têm um lugar e uma voz. Essa noção de pertencimento é essencial, sobretudo em uma época em que as pessoas buscam sentido e conexão.

Quando refletimos sobre como a liturgia pode se adaptar às necessidades contemporâneas, somos desafiados a encontrar maneiras de torná-la mais inclusiva e relevante. A *Sacrosanctum Concilium* afirma que

A Igreja não pretende impor na Liturgia uma rígida uniformidade para as coisas que não afetam a fé ou ao bem de toda a comunidade. Pelo contrário, respeita e promove os dotes e qualidades peculiares das distintas raças e povos. A Igreja examina com carinho e, na medida do possível, conserva inalterado e aceita com benevolência tudo o que nos costumes dos povos não está ligado indissolivelmente a superstições ou a erros. Por vezes, até o incorporar na própria Liturgia, desde que se harmonize com o verdadeiro e autêntico espírito litúrgico (SC, nº 37).

A música, os ritos e até a linguagem utilizada nas celebrações podem ser adaptados à diversidade das comunidades, sem abandonar a tradição, mas enriquecendo a experiência litúrgica e promovendo o acolhimento e o reconhecimento mútuo.

A constituição também aponta que, “em certos lugares e circunstâncias, é necessário fazer uma adaptação mais profunda da Liturgia, e isto implica maiores dificuldades” (SC, nº 40). Em um mundo marcado pelo individualismo, essa proposta se revela como um bálsamo, que exala o “aroma agradável do Senhor”.

Por isso, os ritos sejam simplificados sem perder sua substância; suprimam-se todos os acréscimos inúteis ou duplicados. que foram colocados com o passar dos tempos. Em compensação, outros elementos que foram se perdendo, sejam restabelecidos, de acordo com a antiga tradição dos santos Padres, na medida em que se julgue oportuno ou necessário (SC, nº 50).

Essa busca pelo equilíbrio entre tradição e renovação revela um esforço de retornar à essência dos ritos, eliminando elementos que hoje soam como ruído e não como contribuição espiritual. Além disso, a recuperação de aspectos tradicionais perdidos aponta para um desejo de reconectar a fé com suas raízes mais profundas, ao mesmo tempo em que se procura torná-la mais acessível.

Não pode haver participação ativa de todo o povo, fiéis e sacerdotes, nas ações litúrgicas sem que compreendam as celebrações nas quais tomam parte. Consciente disso, a SC já ordenara em diversas partes a formação litúrgica dos pastores do povo fiel. E, logo após, o Papa Paulo VI, na SL, inicia pedindo aos pastores que se apressem em dar aos fiéis condições de compreender a força e o íntimo valor da liturgia, para que assim "...possam participar ao mesmo tempo de modo piedoso, com o corpo e o espírito, dos ritos da Igreja". n.11 Sobre tal formação insiste ainda a *Eucharisticum Mysterium*, n. 11, quando recorda que esta será tanto mais consciente e frutuosa quanto mais os fiéis conhecerem claramente o seu lugar nas ações litúrgicas (SILVA; SIVINSKI, 2001, p. 22).

Essa postura prudente e equilibrada pode revitalizar a prática religiosa, tornando-a mais significativa e autêntica. Em última análise, trata-se de um convite à vivência de uma espiritualidade consciente, que valoriza o encontro com Deus e com a comunidade.

A comunitariedade deriva diretamente da eclesialidade. E, se assim é, surge inevitavelmente a questão sobre as formas como se expressa ou deve se expressar essa dimensão eclesial, a questão da importância que damos aos diversos serviços e ministérios litúrgicos. Nisso está implicado não somente o estilo de celebrar, mas a própria imagem da Igreja. Pode-se afirmar: "Diz-me como celebras e te direi como crês e fazes Igreja" (BOROBIO, 2009, p. 49).

A celebração do povo de Deus pode, assim, tornar-se um espaço de cura, diálogo e solidariedade. Ao implementarmos formações litúrgicas e valorizarmos diferentes vozes nas celebrações, descobrimos novas formas de vivenciar a fé. Este estudo, portanto, visa não apenas analisar a *Sacrosanctum Concilium*, mas também refletir sobre como suas orientações podem promover uma espiritualidade mais profunda e engajada.

Concílio Ecumênico Vaticano II nos oferece preciosos ensinamentos sobre a liturgia na constituição denominada *Sacrosanctum Concilium*. Encontramos nessa constituição os princípios gerais da reforma e do incremento da liturgia; considerações profundas sobre a eucaristia e sobre os demais sacramentos ainda, ensinamentos sobre o ofício divino, o ano litúrgico, a música e a arte sacra. Liturgia é família de Deus em festa. É celebração do mistério de Cristo e, particularmente, de seu mistério pascal, centro da obra da salvação. Cristo, morrendo e ressuscitando, destrói a morte e nos dá vida nova. A Igreja, povo de Deus, que proclama e celebra a sua fé, e comunidade de culto e

santificação. Com gratidão e alegria, vivemos e celebramos a fé recebida dos apóstolos. A liturgia supõe e alimenta a fé, que deve ser aprofundada pela catequese. Na liturgia, acontece a nossa salvação, a comunhão de vida com a Santíssima Trindade e com os irmãos. Toda celebração litúrgica é louvor, adoração a Deus e compromisso libertador do próximo (BERNADINO, 2012, p. 39).

Ao articular essas atualizações com os frutos da *Sacrosanctum Concilium*, podemos contribuir para uma Igreja mais viva e sensível às realidades do nosso tempo, transformando a liturgia em um verdadeiro espaço de renovação espiritual.

A constituição revela um dos pilares fundamentais da tradição cristã: a liturgia como expressão de fé e comunhão. Ela não é um simples conjunto de práticas, mas uma experiência dinâmica e viva do mistério pascal de Cristo. Cada ato litúrgico é uma chance de adoração e de engajamento solidário, refletindo o amor redentor de Cristo. O que buscamos evidenciar é que o ponto central da liturgia é o mistério pascal de Cristo, Sua morte e ressurreição. Através desse mistério, somos chamados à salvação, à vida nova, à superação da morte e à renovação do espírito.

A liturgia, portanto, é um momento de renovação espiritual: é o lugar onde nos encontramos com Deus, mas também com a comunidade de Fé, que é a Igreja. Ela não se limita ao culto, mas também ao compromisso com o próximo, numa verdadeira ação de solidariedade e transformação, que se reflete em nossa maneira de viver o evangelho de cada local, região e culturas como vai apontar Brighenti e Arroyo (2015):

Numa palavra, a grande novidade do Concílio vaticano II foi devolver à Igreja a consciência de sua identidade de Povo de Deus, povo de batizados, nascido do lado aberto do Cristo (LG), movido pela fé, guiado pelo Espírito para ser no mundo sinal da Páscoa de Jesus (GS). Novidade já presente no primeiro documento do Concílio a *Sacrosanctum Concilium*, quando afirma ser a liturgia lugar onde o mistério da Igreja se manifesta. Ao enfatizar que as ações litúrgicas pertencem a todo o corpo da Igreja, sacramento da unidade, estabelece uma clara relação entre Igreja e liturgia; ao mesmo tempo que a liturgia é da Igreja, enquanto Povo de Deus reunido e ordenado tem sobre ela uma força de transformação que a faz progredir na fé e no testemunho. pela ação do Espírito (BRIGHENTI; ARROYO, 2015, p. 166).

Ao enfatizar que a liturgia sustenta e alimenta a fé, a *Sacrosanctum Concilium* nos recorda que cada celebração é mais do que um ritual isolado: é um espaço de encontro profundo com Deus e com nossa própria humanidade. Por meio da Eucaristia e de outras ações litúrgicas, a Igreja louva, adora e se compromete com a liberdade e o bem-estar do próximo, refletindo o amor redentor de Cristo. Essa visão inovadora do Concílio Vaticano II ilumina a liturgia como expressão viva da fé e como convite permanente à construção de um mundo mais justo e fraterno, alimentado pela Palavra e pelo compromisso com os irmãos.

1.3. Os trabalhos das comissões litúrgicas

O Concílio Vaticano II representa um marco histórico não apenas pela renovação e aprofundamento de sua doutrina e práticas, mas também pelo complexo processo preparatório que o antecedeu. As comissões preparatórias desempenharam um papel fundamental nessa fase inicial, moldando os temas, documentos e diretrizes que seriam debatidos ao longo dos quatro anos do Concílio.

Tais comissões foram criadas em 1959, logo após a convocação do Concílio por João XXIII, com o objetivo de estudar questões fundamentais da vida da Igreja, revisar e propor textos doutrinários, litúrgicos e pastorais a serem discutidos pelos bispos e padres conciliares. O trabalho envolveu uma equipe extensa de peritos, tanto teólogos quanto especialistas de outras áreas, que colaboraram na formulação das propostas iniciais dos documentos conciliares.

Como destaca Bugnini (2018, p. 45):

No dia 25 de janeiro de 1959, na basílica de São Paulo, João XXVIII fazia o anúncio do Concílio Ecumênico Vaticano II. No dia 6 de junho de 1960, o cardeal Gaetano Cicognani era nomeado presidente da comissão litúrgica preparatória; no dia 11 de julho de 1960, foi nomeado secretário padre Annibale Bugnini, CM; e a organização do trabalho começou imediatamente.

Em um contexto de abertura e renovação eclesial, o Papa expressou o desejo de reformar, sobretudo, a vida litúrgica da Igreja, motivando a constituição de comissões como a mencionada. A nomeação de Cicognani como presidente da comissão litúrgica, e de Bugnini como secretário, evidencia a seriedade e a urgência com que esse trabalho foi conduzido. A atuação de Bugnini, em particular, revelar-se-ia decisiva, uma vez que ele se tornaria o principal articulador das reformas litúrgicas que culminariam na promulgação da constituição *Sacrosanctum Concilium*.

O início imediato das atividades dessas comissões demonstra o empenho da Igreja em enfrentar as questões litúrgicas que, à época, já exigiam atenção urgente. Em seu *plenum*, a comissão litúrgica foi composta por 65 pessoas, entre membros e consultores, além de aproximadamente trinta conselheiros e o pessoal da secretaria. Entre os membros, destacavam-se bispos e especialistas com notório saber teológico e pastoral litúrgico. Já entre os consultores e conselheiros, figuravam homens de ação e de estudo, líderes de centros e comissões litúrgicas diocesanas, escolhidos pela experiência concreta em suas realidades locais. Houve também o cuidado de garantir

diversidade geográfica e cultural, com representantes de 25 nações dos cinco continentes, inclusive de países emergentes, o que conferiu caráter verdadeiramente eclesial e universal ao trabalho desenvolvido (Cf. BUGNINI, 2018, p. 45).

Entre as principais comissões preparatórias, destacam-se: a Comissão Central, responsável pela coordenação geral; a Comissão Doutrinal, encarregada dos temas teológicos e morais; a Comissão Litúrgica, dedicada à renovação da liturgia — um dos temas mais sensíveis e transformadores do Concílio; e a Comissão Ecumênica, voltada ao diálogo com outras tradições cristãs e religiões. Cada comissão foi incumbida de refletir uma dimensão específica da missão eclesial, de modo a responder aos desafios de um mundo em rápida transformação.

O estudo dessas comissões revela tanto o dinamismo da Igreja no contexto da década de 1960 quanto o espírito de reforma que João XXIII pretendia imprimir ao Concílio. A abertura ao diálogo, a busca por uma linguagem teológica acessível e a centralidade da pastoral como serviço às realidades humanas contemporâneas foram elementos estruturantes desse processo. Ainda assim, não se pode ignorar as tensões internas, como a resistência de setores mais conservadores, que receavam rupturas com a tradição, e os desafios de articular inovação e continuidade.

O papel das comissões preparatórias foi, portanto, decisivo para o desenvolvimento do Concílio Vaticano II. Suas contribuições ajudaram a delinear um novo paradigma eclesial, especialmente no que se refere à renovação da liturgia, à abordagem da revelação divina e à promoção do diálogo ecumênico e inter-religioso. A análise desse processo nos permite compreender as profundas transformações promovidas pelo Concílio e sua importância na missão da Igreja no mundo contemporâneo.

1.4. A liturgia em processo de renovação

Ao longo da história, a liturgia ocupou um lugar central na vida da Igreja, sendo simultaneamente expressão da fé e instrumento de formação espiritual e comunhão. Contudo, o entendimento e a prática litúrgica passaram por transformações significativas, influenciadas por contextos históricos e desenvolvimentos teológicos.

Antes do Concílio Vaticano II, predominava um modelo litúrgico marcado por estruturas rígidas e pela centralidade quase exclusiva do clero, o que gerava insatisfação entre os fiéis. Esse modelo, embora enraizado na tradição, já não

correspondia às exigências de um mundo em transformação. Muitos anseios por maior participação e acessibilidade indicavam a urgência de uma renovação.

A Constituição *Sacrosanctum Concilium* representou um ponto de inflexão. Ao propor uma liturgia centrada na participação "plena, ativa e consciente" de todo o povo de Deus, o Concílio rompeu com a visão passiva das celebrações e destacou a dimensão comunitária da ação litúrgica. Essa mudança não se limitou aos aspectos teológicos: também afetou a linguagem, a música, os ritos e a organização dos espaços celebrativos, promovendo uma experiência mais encarnada e compreensível da fé.

Nesse contexto, as comissões litúrgicas desempenharam um papel essencial na implementação das reformas. Elas foram responsáveis por traduzir os textos litúrgicos, revisar os rituais e adaptá-los às diversas realidades culturais e pastorais ao redor do mundo. Apesar dos desafios enfrentados — de ordem teológica, pastoral e prática —, o trabalho dessas comissões assegurou que a tradição litúrgica da Igreja fosse preservada, mas também dinamizada e ressignificada.

O estudo dos fundamentos históricos e teológicos da liturgia revela, assim, um processo vivo e dinâmico de contínua reflexão sobre a relação entre o divino e o humano. O Concílio Vaticano II, com sua visão pastoral e aberta à escuta dos sinais dos tempos, reafirma a liturgia como lugar privilegiado de encontro com Deus, profundamente enraizado na tradição, mas sensível às necessidades espirituais do mundo atual.

Essa renovação não apenas revitalizou a vida litúrgica da Igreja, mas também aprofundou sua missão evangelizadora, tornando a fé mais acessível, significativa e capaz de transformar a existência humana.

CAPÍTULO 2: O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO LATINO-AMERICANO

Este capítulo propõe investigar como o Concílio Vaticano II, ao revisar os aspectos litúrgicos, constituiu-se como um ponto de inflexão para o processo de adaptação litúrgica na América Latina. Reflete-se aqui sobre a visão da liturgia que, à luz dos ensinamentos do Papa Francisco, continua a ser expressão de comunhão e de compromisso diante das injustiças e esperanças do continente.

O processo de adaptação da Igreja Católica na América Latina é um fenômeno complexo e multifacetado, que evidencia a interação entre a universalidade da fé católica e as particularidades culturais, sociais e históricas do continente.

2.1. A visão da liturgia a partir da América Latina

A Igreja Católica, ao propor uma renovação interna, buscou abrir novos horizontes para o entendimento da fé em um mundo marcado por rápidas transformações (MARTÍN, 2022, p. 117). A liturgia, um dos pilares dessa renovação, passou a ser compreendida não apenas como rito memorial, mas como espaço de encontro vivo entre o sagrado e o cotidiano dos fiéis.

A aplicação dos princípios conciliares, contudo, não se deu de forma uniforme, mas, segundo Martín (2022, p. 123), “acolhia as mudanças com espírito de obediência e alegre fervor”. A América Latina, com sua realidade social e cultural singular, enfrentou desafios específicos para adaptar os ensinamentos do Concílio à sua história marcada por desigualdades e exclusões — inclusive no âmbito episcopal, por não exercer plenamente o papel litúrgico dentro do culto (CELAM, 2004, p. 154).

Nesse contexto, a liturgia tornou-se eixo central na reflexão sobre uma Igreja mais encarnada nas realidades dos povos latino-americanos, com todas as evoluções e tensões envolvidas. O Papa Francisco, profundo conhecedor dessa realidade, tem insistido em uma Igreja “em saída”, que não se limita aos altares, mas que se aproxima das periferias sociais e existenciais, colocando Cristo como único ponto de partida para a missão (ABREU, 2021, p. 93).

A adaptação latino-americana não se deu de forma linear. Foi marcada por momentos decisivos, debates teológicos e constante tensão entre tradição e renovação. Para compreender esse processo, é essencial analisar os principais

eventos e correntes teológicas que influenciaram a Igreja na região, bem como o papel da religiosidade popular e o compromisso social assumido pelos líderes católicos.

Segundo Leonardo Boff (2011), o *punctum stantis et cadentis* da Teologia da Libertação é o “pobre concreto”: suas opressões, a degradação de sua vida, os padecimentos corporais e espirituais. Herdeiros de um oprimido e executado na cruz, Jesus, os cristãos encontram em sua fé inúmeras razões para estarem ao lado dos oprimidos e, com eles, lutarem por libertação. Toda opressão clama por uma resposta concreta, e é neste contexto que a Teologia da Libertação encontra sentido. Nas palavras do autor: “sem o pobre e o oprimido, não há Teologia da Libertação” (BOFF, 2011).

Essa afirmação remete à ideia de que, para essa abordagem teológica, a pobreza não é conceito abstrato ou fenômeno distante, mas uma realidade vivida no corpo, na alma e na vida cotidiana das pessoas marginalizadas. A Teologia da Libertação, especialmente nas contribuições de teólogos como Gustavo Gutiérrez, entende que a verdadeira missão cristã deve visar a transformação concreta das condições de vida dos pobres.

Essa crítica às teologias que separam salvação espiritual da realidade social reforça que a fé cristã deve ser vivida na prática, através de ações concretas que transformem a realidade. Assim, a Teologia da Libertação não apenas analisa a opressão, mas propõe respostas efetivas enraizadas no Evangelho e na solidariedade com os excluídos.

A adaptação latino-americana impulsionou a renovação da Igreja Católica no Ocidente, promovendo mudanças significativas em diversos aspectos da vida eclesial — especialmente na liturgia e na eclesiologia. A religiosidade e a cultura popular tornaram-se, nesse processo, forças propulsoras dessa renovação, ao estabelecer diretrizes que tornaram a liturgia mais acessível e significativa aos fiéis. Entretanto, esse processo enfrentou resistências, sobretudo pela vigilância exercida pela Santa Sé, preocupada com a forte influência da Teologia da Libertação sobre as culturas locais (Cf. ABREU, 2021, p. 57).

No contexto latino-americano, e de modo particular no Brasil, a implementação das reformas litúrgicas encontrou desafios próprios, em razão da diversidade cultural, social e religiosa. A atuação do laicato, nesse sentido, foi determinante para estabelecer um diálogo entre a fé e a sociedade moderna, alinhando-se aos temas

propostos pela Igreja Universal em vista da valorização do papel do leigo em sua missão (Cf. PASSOS, 2014, p. 7).

2.2. Influências da Teologia da Libertação na liturgia Latino-americana

A Teologia da Libertação, surgida na América Latina no século XX, promoveu uma profunda reflexão sobre a relação entre fé cristã e justiça social, influenciando não apenas a teologia sistemática, mas também a prática litúrgica e pastoral da Igreja. Inspirada no Evangelho e na realidade dos pobres, essa corrente teológica propõe uma Igreja samaritana, comprometida com o serviço e a solidariedade aos mais vulneráveis.

A liturgia, expressão máxima da fé vivida em comunidade, tornou-se um espaço privilegiado para manifestar a opção preferencial pelos pobres, integrando espiritualidade e compromisso com a transformação da realidade. A citação a seguir, extraída da Conferência de Aparecida, ilustra essa conexão entre fé, promoção humana e libertação, destacando a importância da memória e da esperança como pilares da vivência cristã:

Iluminados pelo Cristo, o sofrimento, a injustiça e a cruz nos desafiam a viver como Igreja samaritana (cf. Lc 10,25-37), recordando que "a evangelização vai unida sempre à promoção humana e à autêntica libertação cristã". Damos graças a Deus e nos alegramos pela fé, solidariedade e alegria características de nossos povos, transmitidas ao longo do tempo pelos avós e avós, mães e pais, catequistas, rezadores e tantas pessoas anônimas, cuja caridade mantém viva a esperança em meio às injustiças e adversidades (DAP, nº 26).

Essa passagem reflete o núcleo da Teologia da Libertação ao articular a espiritualidade com o compromisso social, evidenciando que a fé cristã não pode ser dissociada da luta por justiça e dignidade. A referência à Igreja samaritana, inspirada na parábola do Bom Samaritano, reforça a ideia de uma Igreja que transcende o culto e se engaja na realidade concreta por meio do serviço aos mais necessitados. A valorização da fé transmitida por gerações, especialmente por figuras anônimas, destaca a importância da memória e da resistência dos povos.

Essa passagem reflete o núcleo da Teologia da Libertação ao articular a espiritualidade com o compromisso social, evidenciando que a fé cristã não pode ser dissociada da luta por justiça e dignidade. A referência à Igreja samaritana, inspirada na parábola do Bom Samaritano, reforça a ideia de uma Igreja que transcende o culto

e se engaja na realidade concreta por meio do serviço aos mais necessitados. A valorização da fé transmitida por gerações, especialmente por figuras anônimas, destaca a importância da memória e da resistência dos povos.

Essa perspectiva impactou diretamente a liturgia, tornando-a mais consciente e engajada ao incorporar elementos que celebram a vida, a luta e a esperança dos pobres, sem perder de vista a centralidade de Cristo e sua mensagem libertadora. A liturgia, do grego *leitourgia* ("trabalho para o povo"), ultrapassa o âmbito dos ritos, sendo compreendida como ação viva e transformadora, com caráter missionário e social. Nesse sentido, é necessário reconhecer que “para compreender a concepção eclesiológica da Teologia da Libertação, primeiro é necessário conhecer suas orientações fundamentais, sua metodologia e hermenêutica” (ABREU, 2021, p. 69).

A Teologia da Libertação, com sua ênfase na opção preferencial pelos pobres, oferece uma nova compreensão da liturgia como espaço de compromisso com a justiça. A celebração litúrgica, portanto, não se esgota no momento ritual, mas se prolonga na vida concreta, especialmente no cuidado com os mais vulneráveis.

Essa visão é reafirmada pelo documento final da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (CELAM), ao destacar a importância de uma presença ética e evangelizadora nos diversos âmbitos da sociedade:

Gostaríamos de felicitar e encorajar todos os discípulos e missionários de Jesus Cristo que, com sua coerente presença ética, continuam a semear os valores evangélicos nos ambientes onde tradicionalmente se faz cultura e nos novos areópagos: o mundo das comunicações, a construção da paz, o desenvolvimento e a libertação dos pobres, o apoio às minorias, a promoção da mulher e da criança, a ecologia e a proteção da natureza. É 'o vasto Areópago da cultura, da experimentação científica, das relações internacionais'. Evangelizar a cultura, mais do que abandonar a opção preferencial pelos pobres e comprometer-se com a realidade, nasce do amor devoto a Cristo, que acompanha o Senhor de Deus na missão de inculturar o Evangelho na história, ardente e incansável na sua caridade samaritana (DAP, nº 491).

Essa abordagem amplia a compreensão da liturgia, que passa a ser vista não apenas como ritual, mas como ação transformadora no mundo. A menção aos “novos areópagos”⁴ reforça que a evangelização deve alcançar todos os âmbitos da sociedade, desde as relações internacionais até a defesa dos marginalizados. A

⁴ Termo que remete ao espaço público de debate na Grécia antiga.

“caridade samaritana” evidencia que a celebração litúrgica só se completa quando se traduz em ações concretas que promovem a vida e a libertação.

Essa proposta exige uma Igreja samaritana, humilde e encarnada na cultura, que não teme os desafios do mundo contemporâneo, mas se move pelo amor a Cristo. A inculturação do Evangelho, nesse contexto, é fundamental: trata-se da capacidade de traduzir a mensagem cristã nas realidades históricas e culturais de cada povo.

A constituição *Gaudium et Spes* oferece uma definição densa e significativa de cultura, relevante para compreender o diálogo entre liturgia e contexto histórico-cultural:

A palavra “cultura” indica, em geral, todas as coisas por meio das quais o homem apura e desenvolve as múltiplas capacidades do seu espírito e do seu corpo; se esforça por dominar, pelo estudo e pelo trabalho, o próprio mundo; torna mais humana, com o progresso dos costumes e das instituições, a vida social, quer na família quer na comunidade civil; e, finalmente, no decorrer do tempo, exprime, comunica aos outros e conserva nas suas obras, para que sejam de proveito a muitos e até à inteira humanidade, as suas grandes experiências espirituais e as suas aspirações. (GS, nº 53).

Essa compreensão fortalece a inculturação da liturgia como uma prática que integra espiritualidade, compromisso social e defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, Boer apresenta uma visão de liturgia libertadora, ao afirmar que a liturgia, enquanto expressão máxima da vida eclesial, desvela a identidade profunda da Igreja quando os fiéis, reunidos em assembleia, vivem concretamente a igualdade radical proposta pelo mistério do Corpo de Cristo. Nessa perspectiva, a celebração não se reduz a um rito externo, mas torna-se um *signal sacramental* da comunhão eclesial: a diversidade de funções (ministros, leitores, fiéis) não anula a dignidade comum batismal, mas a explicita em uma dinâmica orgânica. Como ensina a *Sacrosanctum Concilium* (Cf. nº 14), a participação ativa e consciente dos fiéis é “exigência intrínseca” da liturgia, pois reflete a natureza da Igreja como povo sacerdotal. Assim, a assembleia celebrante não apenas representa, mas atualiza simbolicamente a unidade do Corpo de Cristo, onde “não há judeu nem grego” (Gl 3,28), mas todos são coerdeiros da graça (Cf. BOER, 1998, p. 114).

Essa concepção reafirma o valor da participação eclesial e da comunhão, essenciais à natureza da liturgia, que deve expressar e promover uma Igreja viva, inclusiva e comprometida com os sinais dos tempos.

2.3. Tradução e edição do Missal Romano para o Brasil

Ao tratar das mudanças no Ordo Missae, é essencial compreender que tais transformações ocorreram dentro de um princípio fundamental: a introdução da língua vernácula na liturgia. Esse processo inaugurou um novo horizonte de entendimento, permitindo adaptações, simplificações e atualizações nos ritos. Como observa Bugnini (2018, p. 123):

Mas como é difícil pôr as mãos em um edifício antigo, torná-lo funcional e habitável, sem alterar-lhe as linhas! Não bastam retoques secundários; é preciso levar a fundo a restauração. Assim acontece com o ordinário da Missa. Como a introdução da língua vernácula em algumas partes fez sentir a exigência de estendê-la a todas, assim as variações de 1965 mostraram com maior evidência certas incongruências nos ritos, nos sinais, nas cerimônias, que haviam se tornado anacrônicos.

Bugnini estabelece uma analogia entre a restauração de um edifício antigo e a reforma da liturgia, particularmente da Missa. Ambos os processos exigem mais do que meros ajustes cosméticos; implicam intervenções profundas que preservem a essência, enquanto tornam a estrutura funcional no presente. Essa tensão entre preservação e atualização exige discernimento e sensibilidade pastoral.

Martín (2018), ao tratar da reforma litúrgica no período de 1948 a 1975, corrobora essa perspectiva. A introdução da língua vernácula não foi uma simples substituição do latim, mas revelou incongruências rituais, gestos e cerimônias que, com o tempo, haviam perdido seu significado original ou se tornado anacrônicos. Isso exigiu uma revisão estrutural mais profunda, uma verdadeira “restauração”.

Assim, compreende-se que tanto na arquitetura quanto na liturgia, mudanças superficiais são insuficientes. A partir do momento em que se inicia a transformação, é necessário ir até o fim com coerência e reverência ao que se deseja preservar. Ou a reforma é feita com profundidade e respeito, ou corre-se o risco de comprometer a integridade do que se pretende restaurar.

De acordo com Bugnini (Cf. 2018, p. 111), em 25 de março de 1964, o *Consilium* comunicou oficialmente aos presidentes das Conferências Episcopais, por meio dos Representantes Pontifícios, o conteúdo do documento emitido em 29 de fevereiro daquele ano. Nessa comunicação, estabelecia-se que as decisões litúrgicas deveriam ser tomadas com maioria de dois terços. Indicava-se, ainda, que não era oportuno propor modificações substanciais nos ritos naquele momento,

recomendando-se a identificação das partes em que se desejava introduzir a língua vernácula e os textos correspondentes. O documento também destacava a necessidade de evitar uma transição brusca do uso quase exclusivo do latim para uma nova situação litúrgica predominantemente vernácula. Tal prudência visava permitir um período de assimilação dos princípios da *Sacrosanctum Concilium*, favorecendo uma renovação litúrgica vivida gradualmente. O autor vai dizer que o *Consilium*, assim, adotou o princípio da gradação, promovendo mudanças indispensáveis para fomentar uma participação mais intensa dos fiéis sem comprometer a futura reforma. Foram acolhidos apenas os elementos que, com razoável segurança, seriam integrados à reforma definitiva.

Dessa forma, Bugnini (2018) nos introduz a um dos momentos mais significativos da história litúrgica recente da Igreja, marcado pelo esforço de equilibrar tradição e renovação. O Concílio Vaticano II não almejou uma ruptura abrupta, mas uma transição cuidadosa, pastoralmente orientada. A exigência de consenso qualificado nas decisões litúrgicas e a introdução progressiva da língua vernácula atestam esse cuidado.

O princípio da gradação revela que a liturgia é mais do que a execução de ritos: trata-se de uma expressão viva da fé. Nesse sentido, vale recordar as palavras de São Pio V na constituição apostólica *Quo Primum* (1570), ao promulgar o Missal Tridentino. Mesmo após quatro séculos, a tradição permanece inalterada em sua essência, e a reforma conciliar, longe de contrapor-se a essa tradição, buscou, com sabedoria, completá-la: “o segundo Missal completa o primeiro” (IGMR, nº 6).

A introdução do vernáculo não visou apenas facilitar o entendimento, mas permitir uma participação mais plena e consciente. Essa mudança evitou rupturas em comunidades que valorizavam o latim como símbolo de unidade e transcendência, respeitando diferentes contextos culturais e pastorais (Cf. IGMR, nº 12-13).

A liturgia, enquanto espaço de formação eclesial, demanda compreensão e vivência. A reforma proposta não se reduziu a ajustes técnicos, mas representou uma profunda visão pastoral, desejando que o povo de Deus assimilasse as mudanças como parte de sua espiritualidade. A gradualidade foi, portanto, uma escolha teológica e pastoral.

Como destaca Bugnini (2018), a liturgia é, antes de tudo, um dom e expressão da fé da Igreja. As decisões do *Consilium* foram mais do que administrativas: refletiram um discernimento teológico voltado à renovação da Igreja sem perder sua identidade.

Nesse sentido, a reforma litúrgica do Vaticano II continua a nos inspirar a buscar um equilíbrio entre fidelidade à tradição e abertura às necessidades do mundo contemporâneo, sempre com o objetivo de promover uma participação mais plena e consciente dos fiéis na vida litúrgica da Igreja.

A reforma litúrgica foi um dos eventos mais transformadores do século XX para a Igreja Católica. Ao buscar uma participação mais ativa dos fiéis nos sagrados mistérios, o Concílio não apenas modernizou os ritos, mas reafirmou a centralidade da liturgia na vida e missão da Igreja. Como salienta a IGMR (Cf. nº 15), essa reforma foi o ápice de um desenvolvimento litúrgico construído ao longo dos séculos, especialmente desde Pio X e seus sucessores.

Um marco decisivo foi a introdução do vernáculo em 7 de março de 1965, visando tornar a liturgia mais acessível. No entanto, essa transição ocorreu de forma gradual. Os fiéis continuaram a utilizar os *messalini*⁵, em uma etapa de adaptação que preservou a continuidade com a tradição (ELBERTI, 2023, p. 12).

Nesse período inicial, foram selecionadas 12 propostas fundamentais que abarcaram praticamente todo o espírito da reforma. Os livros litúrgicos existentes continuaram em uso, mas foram traduzidos e ajustados segundo os princípios da *Sacrosanctum Concilium* (BUGNINI, 2018, p. 47).

Segundo Martín (Cf. 2022, p. 123), essa fase se caracterizou pela tradução dos textos existentes, mantendo-se a estrutura tradicional enquanto se introduzia gradualmente uma linguagem mais compreensível. Essa fase foi crucial para garantir que a transição do latim para as línguas modernas não fosse percebida como uma ruptura, mas como uma evolução natural da liturgia. A Igreja demonstrava, assim, uma sensibilidade pastoral ao introduzir as mudanças de forma gradual, permitindo que os fiéis se adaptassem às novidades sem perder o sentido de sacralidade e unidade que o latim simbolizava. Essa fase inicial foi, portanto, um tempo de preparação e assimilação, no qual a liturgia começou a se abrir para uma participação mais ativa e consciente dos fiéis, sem abandonar suas raízes tradicionais.

Após essa primeira fase, a reforma litúrgica avançou para etapas mais profundas, que incluíram a revisão completa dos livros litúrgicos e a publicação de novas edições típicas. No entanto, o período entre 1964 e 1967 permanece como um

⁵ Livros utilizados pelos fiéis para acompanhar os ritos litúrgicos, geralmente acompanhados de traduções dos textos em latim. O *messalini* era um missal plenário (SARTORE; TRIACCA, 1992, p. 690).

marco fundamental, pois foi nele que se estabeleceram as bases para as mudanças que viriam a seguir.

A transição do latim para as línguas modernas não foi apenas uma questão de linguagem, mas um sinal de que a liturgia deveria ser, acima de tudo, um espaço de encontro e comunhão, onde todos pudessem compreender e participar plenamente dos mistérios celebrados. Essa primeira etapa, portanto, nos lembra que a reforma litúrgica foi um processo cuidadosamente planejado e executado, sempre com o objetivo de fortalecer a vida espiritual dos fiéis e renovar a Igreja a partir de sua fonte mais vital: a celebração dos sacramentos (Cf. MARTÍN, 2022, p.123).

Após essa primeira etapa (1964–1967), a reforma avançou para uma fase mais profunda, entre 1969 e 1973, com a publicação das primeiras edições típicas dos novos livros litúrgicos. Esses textos, elaborados "de acordo com os decretos do Concílio Vaticano II", representaram uma atualização teológica e espiritual dos rituais sacramentais, especialmente no que se refere à liturgia eucarística (Cf. ELBERTI, 2023, p. 13).

Esses textos representaram um marco na consolidação da reforma, pois não apenas atualizaram a linguagem dos ritos, mas também promoveram uma renovação teológica e espiritual, em consonância com os princípios pastorais do Concílio. Entre os livros publicados nessa fase, destacam-se as *Preces Eucharisticae et Praefationes*, que enriqueceram a liturgia eucarística com novas orações e prefácios, refletindo uma linguagem mais acessível e uma teologia mais próxima da experiência dos fiéis. Como podemos destacar na obra do bispo espanhol Julián Lopez Martín:

A segunda etapa corresponde à publicação das primeiras edições típicas dos novos livros litúrgicos revistos "de acordo com os decretos do Concílio Vaticano II" (1968-1975), embora alguns livros tenham aparecido ainda mais tarde. Assim vieram à luz: *Preces eucharisticae et praefationes* (MARTÍN, 2022, p.123).

Essa fase foi essencial para a consolidação da reforma litúrgica, pois estabeleceu as bases para uma liturgia mais dinâmica e engajada, alinhada com os objetivos pastorais do Vaticano II. A publicação desses livros não apenas atualizou os textos litúrgicos, mas também abriu caminho para uma maior participação dos fiéis, ao oferecer orações e prefácios que refletiam uma linguagem mais clara e teologicamente enriquecida. Tratou-se, portanto, de um momento de maturação da reforma, no qual a Igreja demonstrou sua capacidade de se renovar a partir de suas próprias fontes, sem perder de vista a riqueza da tradição.

Após essa segunda etapa, a reforma litúrgica continuou a avançar com a publicação de novas edições típicas e a consolidação dos princípios estabelecidos pelo Concílio. No entanto, o período entre 1968 e 1975 permanece como um marco fundamental, pois nele se concretizaram muitas das mudanças propostas pelo Vaticano II (Cf. MARTÍN, 2022, p. 123). A publicação das *Preces Eucharisticae et Praefationes*, em especial, representou um avanço significativo na renovação da liturgia eucarística, possibilitando aos fiéis uma participação mais plena nos mistérios celebrados. Essa fase evidencia que a reforma litúrgica não foi apenas uma atualização formal, mas uma autêntica renovação espiritual, cujo objetivo foi fortalecer a vida da Igreja a partir de sua fonte mais vital: a celebração dos sacramentos.

A reforma litúrgica proposta pelo Concílio não se limitou à publicação de novos livros; exigiu também um cuidadoso trabalho de preparação e formação para que as mudanças fossem adequadamente compreendidas e vividas pelas comunidades eclesiais. Um dos elementos mais importantes para o êxito dessa reforma foi a difusão prévia dos documentos pontifícios e das introduções que acompanhavam os novos livros litúrgicos. Esses textos foram fundamentais para explicar não apenas as mudanças práticas, mas também o sentido teológico e pastoral subjacente.

No caso do Missal Romano, por exemplo, as introduções ofereciam orientações detalhadas sobre como celebrar os ritos de forma renovada, auxiliando celebrantes e fiéis na compreensão da profundidade espiritual das reformas. Essa preparação foi essencial para que as comunidades acolhessem as mudanças com maturidade e discernimento, vivenciando a liturgia como expressão autêntica de uma fé renovada pelo Concílio. Como afirma Martín “Um fator importante da entrada em vigor destes livros foi a difusão prévia dos correspondentes documentos pontifícios e das introduções que os acompanhavam, como no caso do Missal” (MARTÍN, 2022, p.124).

Segundo o autor, essa estratégia permitiu que as mudanças litúrgicas fossem implementadas de forma mais orgânica e consciente, evitando que fossem percebidas como meras atualizações formais ou superficiais. As introduções, em particular, desempenharam um papel educativo, ajudando celebrantes e fiéis a compreenderem não apenas o “como”, mas também o “porquê” das reformas.

Essa abordagem refletia a preocupação da Igreja em garantir que a liturgia fosse celebrada com pleno sentido e participação, fortalecendo a vida espiritual das comunidades com uma “conotação teológica”. A difusão prévia dos documentos e das introduções foi, portanto, um elemento-chave para o êxito da reforma, demonstrando

que a renovação litúrgica não se limitava à mudança de textos, mas envolvia uma transformação mais profunda na maneira de celebrar e viver a fé (Cf. MARTÍN, 2022, p. 150).

Após essa fase de preparação, a reforma litúrgica prosseguiu com a publicação de novos livros e a consolidação dos princípios estabelecidos pelo Concílio, entre eles os Lecionários. O trabalho de formação e difusão realizado nesse período permanece como exemplo de como a Igreja pode implementar mudanças de maneira pastoralmente sensível e teologicamente fundamentada. Diversas nações apresentaram seus próprios esquemas — como a Alemanha e a França — e houve também adesão a textos particulares que, após aprovação do *Consilium*, foram transmitidos de uma conferência episcopal a outras (Cf. BUGNINI, 2018, p. 355).

Além disso, em 1975 aparecia a segunda edição típica do *Missale Romanum* a primeira havia aparecido em 1970, o livro litúrgico mais emblemático de todos. O próprio João Paulo II assinalava em 1984, no vigésimo quinto aniversário da Constituição litúrgica do Vaticano II, que a reforma havia chegado ao fim com as mudanças sancionadas nos livros litúrgicos, mas ainda restava a tarefa de um permanente aprofundamento da vida litúrgica (MARTÍN, 2022, p. 125).

Essa observação de João Paulo II reforça que a reforma não se concluiu com a publicação dos novos livros, mas abriu caminho para um desafio ainda maior: o de assegurar que a liturgia fosse celebrada e vivida com autenticidade e profundidade espiritual. A segunda edição do Missal Romano foi, portanto, não apenas um ponto de chegada, mas também um novo ponto de partida, que convidava a Igreja a aprofundar sua compreensão da liturgia como fonte e ápice da vida cristã.

Segundo Martín (2022), essa experiência evidencia que a liturgia não constitui um conjunto de regras estáticas, mas uma expressão viva da fé, que deve ser constantemente aprofundada e celebrada com consciência e devoção. A reforma litúrgica do Vaticano II não foi apenas um evento histórico, mas um chamado permanente à renovação da Igreja a partir de sua fonte mais genuína.

Esse processo, contínuo e dinâmico, estendeu-se por várias décadas e envolveu a revisão e publicação de diversos livros litúrgicos. A segunda edição típica do *Missale Romanum*, de 1975, foi um dos marcos mais relevantes, consolidando as mudanças iniciadas com a edição de 1970, considerada um dos primeiros frutos concretos da reforma. O Missal, como livro litúrgico mais emblemático da Igreja, representou não apenas uma atualização de textos e ritos, mas uma expressão da

renovação espiritual proposta pelo Concílio. Os ajustes dessa segunda edição refletiram a experiência acumulada nos primeiros anos de implementação da reforma, revelando que a liturgia é um dom vivo, sempre passível de ser revisitado e aprofundado (MARTÍN, 2022, p. 125).

Após a publicação da segunda edição, a Igreja seguiu refletindo sobre o significado e a prática da liturgia, buscando assegurar que as reformas fossem efetivamente assimiladas pelas comunidades eclesiais. O chamado de João Paulo II a um permanente aprofundamento da vida litúrgica permanece atual, sobretudo em um mundo marcado por rápidas transformações culturais e sociais.

A liturgia, como expressão viva da fé, exige atenção constante e cuidado, para que possa ser celebrada de forma a fortalecer a comunhão eclesial e alimentar a espiritualidade dos fiéis. A reforma do Vaticano II, nesse sentido, permanece como convite contínuo à renovação da vida eclesial.

Essa evolução não se restringiu à publicação de novos livros em latim; exigiu também um criterioso trabalho de tradução e adaptação para as línguas modernas e os contextos culturais das Igrejas particulares. Esse processo não foi uma tarefa técnica, mas um desafio pastoral e teológico de grande complexidade. A fidelidade ao original latino deveria ser mantida, preservando a unidade da liturgia em toda a Igreja, ao mesmo tempo em que se contemplavam as especificidades linguísticas e culturais de cada região.

Esse equilíbrio entre unidade e diversidade foi um dos pontos mais delicados da reforma, exigindo discernimento das autoridades eclesiais e das comunidades locais. A publicação dos livros litúrgicos constituiu apenas o primeiro passo; a tradução e adaptação foram essenciais para que a liturgia fosse celebrada de modo significativo e autêntico em cada realidade concreta.

Em todo caso, a publicação dos livros litúrgicos precisou sempre ser seguida pela tradução e adaptação no âmbito das Igrejas particulares dentro, obviamente, dos canais estabelecidos. Este continua sendo, sem dúvida, o desafio mais importante e mais difícil da terceira fase, porque não basta uma mera versão para as línguas modernas. Em alguns lugares, foram dados passos importantes (MARTÍN, 2022, p. 126).

Martín enfatiza que a tradução e a adaptação dos textos litúrgicos não foram tarefas meramente burocráticas, mas processos que exigiram criatividade, sensibilidade pastoral e profundo respeito à tradição litúrgica. Em algumas regiões, houve êxito nesse equilíbrio, com traduções que buscaram ser fiéis ao original e, ao

mesmo tempo, acessíveis aos fiéis. No entanto, o desafio permanece atual — especialmente em um mundo globalizado e plural —, no qual a liturgia precisa ser capaz de tocar o coração de pessoas inseridas em realidades culturais muito distintas.

2.4. A reforma litúrgica como processo vivo

Após a publicação e a tradução dos livros litúrgicos, a Igreja seguiu refletindo sobre os caminhos para garantir que a liturgia continue a ser celebrada de forma a fortalecer tanto a fé quanto a comunhão dos fiéis. Este desafio não se restringe à fidelidade dos textos traduzidos, mas envolve, de modo igualmente essencial, a formação litúrgica dos celebrantes e das assembleias, a fim de que todos possam compreender e viver com profundidade os mistérios que celebram.

A reforma litúrgica promovida pelo Concílio Vaticano II, portanto, não deve ser compreendida como um evento isolado ou concluído, mas como um processo dinâmico e contínuo. Esse processo demanda vigilância, formação constante e abertura ao discernimento pastoral por parte de toda a comunidade eclesial.

A liturgia, expressão viva da fé da Igreja, precisa ser continuamente revisitada, com fidelidade às suas fontes e sensibilidade às necessidades dos tempos. Somente assim ela poderá permanecer como fonte autêntica de renovação espiritual e de unidade entre os fiéis, sustentando a vida da Igreja em sua missão no mundo.

CAPÍTULO 3: DESAFIOS PARA A CELEBRAÇÃO LITÚRGICA CONTEMPORÂNEA

A liturgia, coração da vida eclesial, é o espaço sagrado de encontro com o Mistério Divino. Contudo, em um mundo marcado por rápidas transformações culturais e sociais, a celebração litúrgica enfrenta desafios significativos, que exigem constante discernimento e abertura à renovação.

O Papa Francisco, na exortação *Evangelii Gaudium*, recorda que a liturgia não pode tornar-se um museu de coisas velhas, mas deve ser viva, capaz de tocar o coração dos homens e mulheres de hoje (EG, nº 83).

Neste capítulo, são apresentados alguns dos principais obstáculos enfrentados pela liturgia na contemporaneidade: do avanço do secularismo à superficialidade celebrativa, passando pelas tensões entre tradição e inculturação. Como também recorda Francisco, citando Bento XVI, “a Igreja não cresce por proselitismo, mas por atração” (EG, nº 14), e essa atração passa por uma liturgia que seja fiel à sua essência e sensível às realidades concretas do povo de Deus.

Como equilibrar solenidade e acolhimento? Como comunicar a beleza do rito sem cair em um ritualismo vazio? Tais questões exigem um discernimento pastoral contínuo, iluminado pela ação do Espírito Santo, para que a liturgia continue a ser, conforme o ensinamento conciliar, “fonte e ápice da vida cristã” (SC, nº 10).

Este capítulo, portanto, não pretende oferecer soluções definitivas, mas propor caminhos de reflexão que favoreçam uma celebração capaz de integrar fé e vida, tradição e renovação.

3.1. Neoconservadorismo: um corpo esdrúxulo

A liturgia pós-Concílio Vaticano II tem sido palco de tensões entre uma perspectiva aberta à renovação e correntes neoconservadoras que, em nome de uma suposta “pureza tradicional”, resistem a qualquer forma de adaptação. O Papa Francisco, em sua Carta Apostólica *Desiderio Desideravi* (2022), alerta para o risco de transformar a liturgia em um *corpo esdrúxulo*⁶ “como crescer na capacidade de viver a ação litúrgica em plenitude”. (DD, nº 31). Tal postura, longe de preservar a

⁶ Esdrúxulo: que é esquisito; extravagante, excêntrico. Ex.: “situação esdrúxula” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2008, p. 529).

tradição, corre o risco de sufocar o dinamismo do Espírito Santo, que constantemente renova a Igreja sem romper com sua essência.

O discurso neoconservador em liturgia frequentemente se apresenta como defensor da *tradição pura*, mas enfrenta sérios questionamentos teológicos. Como observa o liturgista Anscar Chupungco, “a tradição litúrgica autêntica nunca foi estática, mas sempre soube harmonizar fidelidade à tradição com adaptação pastoral” (CHUPUNGCO, 2010, p. 112). O próprio Concílio Vaticano II já estabeleceu esse princípio ao afirmar que “a liturgia deve adaptar-se legitimamente às diferentes culturas, tempos e lugares” (SC, nº 38). No entanto, certos grupos tradicionalistas insistem em uma visão estática da liturgia, como se apenas as formas pré-conciliares fossem legítimas — uma posição que o Papa Francisco qualificou que “cuidem para que tais grupos não excluam a validade e legitimidade da reforma litúrgica, dos ditames do Concílio Vaticano II e do Magistério dos Sumos Pontífices” (TC, nº 3).

Essa tensão revela um conflito hermenêutico mais profundo: de um lado, uma compreensão viva da tradição; de outro, uma concepção museológica do culto. Na *Traditionis Custodes* (2021), o Papa Francisco reafirma a centralidade da reforma litúrgica do Vaticano II, restringindo o uso do rito tridentino com o objetivo de evitar divisões e garantir que a liturgia seja sinal de unidade, não de disputa, pois a situação “revelam uma situação que me entristece e me preocupa, confirmando a necessidade de minha intervenção” (TC, 2021, p.15). Ele critica aqueles que instrumentalizam a liturgia para fins ideológicos transformando-a em campo de batalha, em vez de fonte de comunhão.

O risco desse neoconservadorismo é a criação de uma liturgia “para iniciados”, distante do povo de Deus. Para Chupungco, “o culto não é um teatro sagrado, mas o mistério celebrado por toda a comunidade” (CHUPUNGCO, 2005, p. 78). Uma liturgia que se fecha em um elitismo ritualista perde sua força evangelizadora. O Papa Francisco insiste:

Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos. Se alguma coisa nos deve santamente inquietar e preocupar a nossa consciência é que haja tantos irmãos nossos que vivem sem a força, a luz e a consolação da amizade com Jesus Cristo, sem uma comunidade de fé que os acolha, sem um horizonte de sentido e de vida (EG, nº 49).

O verdadeiro desafio, portanto, não está em escolher entre o velho e o novo, mas em discernir como a liturgia pode ser fiel à tradição sem ser tradicionalista, solene

sem ser espetacular, acessível sem ser banal e que conduza a todos a um encontro real com Cristo.

O neoconservadorismo, quando se torna ideologia, esquece que, como afirma Francisco:

A contínua redescoberta da beleza da Liturgia não é a procura de um esteticismo ritual que se compraz apenas no cuidado da formalidade exterior de um rito ou se satisfaz com uma escrupulosa observância rubrical. Obviamente, esta afirmação não quer de modo algum aprovar a atitude oposta que confunda a simplicidade com a banalidade rasteira, a essencialidade com uma superficialidade ignorante, a concreção do agir ritual com um exasperado funcionalismo prático. (FRANCISCO, 2022, 22).

O Papa Francisco, recorda que a liturgia é, antes de tudo, "nos garante a possibilidade desse encontro" (FRANCISCO, 2022, 11), e não um campo de disputas teológicas ou um manifesto político. No entanto, a tendência neoconservadora frequentemente reduz a celebração eucarística a formas estéticas, como se a salvação dependesse do uso do latim, da orientação do sacerdote ou de paramentos históricos. Para o teólogo Massimo Faggioli, essa visão corre o risco de "confundir piedade com nostalgia e ortodoxia com arqueologia" (FAGGIOLI, 2020, p. 112).

O Concílio Vaticano II já alertava contra esse reducionismo ao afirmar que "a liturgia é ação sagrada por excelência" (SC, nº 7), logo, não se trata de uma peça de museu. A *Traditionis Custodes* (2021) reforça essa compreensão ao estabelecer que o rito romano reformado é a expressão ordinária da fé da Igreja, justamente para evitar a formação de uma eclesiologia paralela (Cf. TC, nº 3). O Papa Francisco insiste: "o encontro com Deus não é fruto de uma busca interior individualista por Ele" (DD, nº 24), criticando o uso da liturgia como ferramenta de poder ou identidade grupal. Essa crítica ressoa com o pensamento de Romano Guardini, que advertia: "o perigo não está em mudar a liturgia, mas em petrificá-la, tornando-a um ídolo em vez de um sacramento vivo" (GUARDINI, 1956, p. 89).

Um dos grandes desafios identificados pelo Papa Francisco é a falta de inculturação por parte do neoconservadorismo litúrgico. Embora o Concílio Vaticano II tenha incentivado a adaptação dos ritos às culturas locais, muitos grupos ainda resistem a qualquer mudança, como se o Evangelho devesse ser anunciado sempre dentro do mesmo "invólucro civilizacional" (BERGOGLIO, 1999, p. 67).

A Constituição *Sacrosanctum Concilium* (Cf. nº 37–40) reconhece a importância de respeitar as particularidades culturais, especialmente nas missões,

permitindo legítimas adaptações sob supervisão da autoridade eclesiástica competente. A diversidade cultural – e consequentemente litúrgica –, afirma Francisco, “não ameaça a unidade da Igreja” (EG, nº 117), desde que não gere divisões irreconciliáveis, mas fortaleça a comunhão.

Quando o neoconservadorismo se transforma em ideologia, ele perde de vista o princípio da *ars celebrandi*: a liturgia existe para glorificar a Deus e santificar os fiéis, não para satisfazer preferências estéticas ou disputas doutrinárias (Cf. DD, nº 54). Como escreve o Papa Francisco:

Ao visitar as comunidades cristãs reparei, muitas vezes, que o seu modo de viver a celebração está condicionado – para o bem e, infelizmente, também para o mal – pelo modo como o seu pároco preside à assembleia. Poderia dizer-se que há diversos “modelos” de presidência. Eis uma possível lista de atitudes que, embora sendo opostos entre si, caracterizam a presidência de modo certamente inadequado: rigidez austera ou criatividade exagerada; misticismo espiritualizante ou funcionalismo prático; precipitação apressada ou lentidão acentuada; descuido negligente ou excessiva minúcia; excessiva afabilidade ou impassibilidade hierática. Apesar da variedade desta amostra, penso que a inadequação destes modelos de presidência tem uma raiz comum: um personalismo exacerbado do estilo celebrativo que, por vezes, manifesta uma mal disfarçada mania de protagonismo. (D.D, 2022, n. 54).

Essa análise aponta para um problema pastoral concreto: a forma como o sacerdote preside à liturgia influencia profundamente a vivência espiritual da comunidade. O desequilíbrio entre rigorismo e criatividade excessiva, entre formalismo e improvisado, decorre, muitas vezes, de um mesmo erro: o personalismo litúrgico, no qual o celebrante — mesmo sem intenção — se torna o centro da celebração em lugar de Cristo.

Essa crítica ecoa o pensamento do cardeal Joseph Ratzinger, que em *Introdução ao Espírito da Liturgia*, defende que a liturgia deve ser um “olhar fixo em Jesus” (RATZINGER, 2015, p. 63), não uma expressão do gosto ou carisma individual do sacerdote, desse modo ele afirma que:

A liturgia possui, portanto, na estrutura da Igreja cristã primitiva, dois lugares. O primeiro é o da liturgia da palavra, no centro do espaço, no qual os fiéis se reúnem ao redor do *bema*, uma espécie de tribuna sobre a qual ficava o trono do Evangelho, a cadeira episcopal e a estante de leitura. A autêntica liturgia eucarística tem seu lugar na abside, junto ao altar, que os fiéis rodeiam, todos voltados, juntamente com o celebrante, para o Oriente, para o Senhor que vem (RATZINGER, 2015, p. 63).

Para ele, a verdadeira liturgia é teocêntrica: direciona os fiéis ao mistério divino, não ao carisma individual do sacerdote. Quando o celebrante impõe excessivamente seu estilo pessoal — por gestos teatrais, rigidez exagerada ou adaptações arbitrárias — corre-se o risco de transformar a Missa em espetáculo humano, obscurecendo o essencial: o encontro com Cristo.

A *Desiderio Desideravi* (Cf. nº 54) alerta para esse risco: quando a liturgia se torna reflexo do protagonismo clerical, perde sua natureza sagrada e comunitária. A solução, como propõe Ratzinger, é o equilíbrio: o sacerdote deve ser servo da liturgia, não seu proprietário. Cabe-lhe conduzir a assembleia com humildade, respeitando a tradição sem cair no formalismo vazio, permitindo que a beleza do rito, vivida com reverência, aponte sempre para Aquele que é seu verdadeiro centro: Jesus Cristo

3.2. A nostalgia por eras passadas: um retorno equivocado

A busca por uma liturgia “mais autêntica” muitas vezes se traduz numa nostalgia idealizada do passado, especialmente em torno do Rito Tridentino. Essa tendência, contudo, corre o risco de cair em um romantismo histórico que ignora tanto os desafios reais da liturgia pré-conciliar quanto a natureza dinâmica da Tradição. Como adverte o Papa Francisco, pode desenvolver-se uma “psicologia do túmulo, que pouco a pouco transforma os cristãos em múmias de museu” (EG, nº 83).

Este tópico propõe examinar criticamente três aspectos centrais da nostalgia litúrgica: a idealização do passado, sua relação com o individualismo espiritual e o mito de uma “liturgia pura” desvinculada da história.

A nostalgia por formas litúrgicas pretéritas tem crescido em certos setores do catolicismo contemporâneo, especialmente através da valorização do Rito Tridentino. Esse fenômeno vai além de uma simples preferência estética ou devocional: revela uma leitura idealizada da história que frequentemente desconsidera o dinamismo intrínseco da Tradição eclesial.

O Missal de Pio V (1570), frequentemente identificado como “Rito Tridentino”, consolidou-se como uma resposta disciplinar à fragmentação provocada pela Reforma Protestante. No entanto, sua atual ressignificação como modelo absoluto de culto implica uma romantização que desconsidera seu caráter histórico e circunstancial. Como aponta Alcuin Reid, “a reforma tridentina foi, antes de tudo, um ato de disciplina

eclesiástica, não uma definição dogmática sobre a única forma válida de liturgia” (REID, 2005, p. 47).

A fixação nesse rito específico ignora que a liturgia romana sempre foi marcada por adaptações e desenvolvimentos. O próprio Joseph Ratzinger advertiu:

Para muitas pessoas a palavra rito' hoje não possui crédito. O "rito" aparece como algo rígido, um vínculo a formas prefixadas; a ele se opõem a criatividade e a dinâmica da inculturação: somente através destas haveria a liturgia viva, na qual cada comunidade pode exprimir a si mesma. Antes de enfrentar a questão que daí resulta, devemos primeiro verificar o que é realmente o rito na Igreja, quais são os ritos e de que modo se relacionam entre si (RATZINGER, 2015, p. 133).

Mesmo os ritos antigos foram frutos de processos históricos e culturais. A Constituição *Sacrosanctum Concilium* reconhece esse princípio ao afirmar: “para conservar a sã tradição e abrir caminho ao legítimo progresso, as formas litúrgicas devem ser periodicamente revisadas” (SC, nº 23).

A idealização do Rito Tridentino associa-o com frequência a um período imaginado de “fé incontaminada”. Contudo, como mostra o historiador John O’Malley, o século XVI também foi marcado por “práticas supersticiosas, clericalismo exacerbado e uma liturgia muitas vezes distante da participação consciente dos fiéis” (O’MALLEY, 2008, p. 112). Essa nostalgia, portanto, realiza uma seleção memorial tendenciosa, exaltando aspectos como solenidade e mistério, enquanto silencia limitações como a rigidez e o afastamento dos fiéis.

Mais do que uma questão ritual, a nostalgia litúrgica é um fenômeno sociorreligioso complexo. A teoria do *presentismo* de François Hartog ajuda a compreender esse movimento: em tempos de crise de identidade, “o passado deixa de ser um território a ser explorado para tornar-se um refúgio a ser habitado” (HARTOG, 2013, p. 28).

No campo eclesial, essa dinâmica se manifesta quando, diante da secularização, do pluralismo teológico e das mudanças pós-conciliares, alguns grupos católicos buscam segurança em estruturas percebidas como imutáveis. Como resume Andrea Grillo, “a liturgia tradicionalista oferece a ilusão de um cristianismo sem rupturas, onde a complexidade da história é substituída pela simplicidade do mito” (GRILLO, 2016, p. 92).

Essa postura, porém, entra em conflito com a própria natureza da Tradição cristã. Yves Congar lembra que “a Tradição não é a transmissão mecânica de um

depósito, mas o processo vivo pelo qual a Igreja reinterpreta sua fé em diálogo com cada época” (CONGAR, 1963, p. 156). O apego a formas fixas, ainda que bem-intencionado, pode trair o dinamismo da *lex credendi*, transformando a liturgia em fetiche histórico, em vez de sacramento vivo.

A defesa de uma suposta *pureza litúrgica* baseada no Missal de 1570 parte de uma leitura anacrônica que ignora o caráter encarnado e plural da prática ritual. A uniformização promovida pelo Concílio de Trento suprimiu diversas variantes legítimas da liturgia romana, como aponta László Dobszay: “a uniformização pós-Trento suprimiu centenas de variantes locais legítimas, que também eram expressão da fé católica” (DOBSZAY, 2010, p. 134).

O Papa Francisco, ao tratar da questão na *Traditionis Custodes*, observa com pesar os abusos e polarizações causados por esse movimento:

Uma oportunidade oferecida por São João Paulo II e com ainda maior magnanimidade por Bento XVI para recompor a unidade do corpo eclesial, respeitando as diversas sensibilidades litúrgicas, tem sido usada para aumentar distâncias, endurecer diferenças, construir oposições que ferem a Igreja e retardam seu progresso, expondo-a ao risco de divisões. Estou igualmente triste com os abusos de ambos os lados na celebração da liturgia. Como Bento XVI, também eu estigmatizo que em muitos lugares a celebração não é fiel às prescrições do novo Missal, mas é entendida como uma autorização ou mesmo uma obrigação de criatividade, o que muitas vezes leva a deformações que estão nos limites do suportável (TC, nº 16)⁷.

Na *Desiderio Desideravi*, Francisco reforça a importância da formação litúrgica acessível:

É necessário encontrar os canais para uma formação como estudo da Liturgia: a partir do movimento litúrgico, muito tem sido feito nesse sentido, com valiosas contribuições de muitos estudiosos e instituições acadêmicas. No entanto, é preciso difundir esse conhecimento fora do âmbito acadêmico, de modo acessível, para que todo fiel possa crescer em um conhecimento do sentido teológico da Liturgia - esta é a questão decisiva e fundamental de todo conhecimento e prática litúrgica - bem como do desenvolvimento das Celebrações cristãs, adquirindo a capacidade de compreender os textos eucológicos, os dinamismos rituais e seu valor antropológico (DD, nº 35).

⁷ Tradução nossa. Texto original em língua italiana: “Una possibilità offerta da san Giovanni Paolo II e con magnanimità ancora maggiore da Benedetto XVI al fine di ricomporre l’unità del corpo ecclesiale nel rispetto delle varie sensibilità liturgiche è stata usata per aumentare le distanze, indurire le differenze, costruire contrapposizioni che feriscono la Chiesa e ne frenano il cammino, esponendola al rischio di divisioni. Mi addolorano allo stesso modo gli abusi di una parte e dell’altra nella celebrazione della liturgia. Al pari di Benedetto XVI, anch’io stigmatizzo che «in molti luoghi non si celebra in modo fedele alle prescrizioni del nuovo Messale, ma esso addirittura venga inteso come un’autorizzazione o perfino come un obbligo alla creatività, la quale porta spesso a deformazioni al limite del sopportabile”.

A liturgia, por sua própria natureza, é sempre reformável, pois seu fim último não é a preservação arqueológica, mas a atualização do Mistério Pascal: “todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice, anunciais a morte do Senhor, até que Ele venha” (1Cor 11,26).

A análise litúrgica permite identificar a nostalgia como um fenômeno multifacetado, em que se entrelaçam elementos teológicos, psicológicos e culturais. Longe de ser um simples resgate do passado, ela expressa tensões profundas na autorrepresentação católica atual. Como sintetiza o teólogo José Ariovaldo da Silva: “o tradicionalismo que congela a Tradição em formas fixas não a conserva, mas a trai. A verdadeira fidelidade é criativa, como um rio que corre sem perder seu leito” (SILVA, 2016, p. 89).

O verdadeiro desafio, portanto, não é optar entre conservação e inovação, mas discernir como a *lex orandi* pode, em cada geração, tornar-se verdadeiramente *viva et efficax*.

3.3. O impacto das redes sociais: neoconservadorismo e a difusão de práticas litúrgicas abusivas

A Sagrada Liturgia, conforme definido pelo Concílio Vaticano II, é o “cume para o qual tende a atividade da Igreja e, ao mesmo tempo, é a fonte da qual emana toda a sua força” (SC, nº 10). No entanto, no contexto contemporâneo das redes sociais, observa-se uma crescente estetização da liturgia, com a exaltação de elementos visuais e performáticos, transformando a celebração em um evento midiático. Tal fenômeno reflete a cultura do entretenimento e da espetacularização da experiência religiosa.

Com sabedoria pastoral, o Papa Francisco alerta contra esse risco na Carta Apostólica *Desiderio Desideravi*, ao afirmar:

A contínua redescoberta da beleza da Liturgia não é a busca por um esteticismo ritual, que se satisfaz somente no cuidado com a formalidade exterior de um rito ou que se apegue a uma observância escrupulosa de rubricas. Obviamente, esta afirmação não pretende aprovar, de forma alguma, a atitude oposta que confunde simplicidade com a banalidade desleixada, ou essencialidade com superficialismo ignorante, ou ainda, a concreção da ação ritual com um exasperado funcionalismo prático (DD, nº 22).

A liturgia, enquanto memorial da Páscoa do Senhor, não pode ser reduzida a um espetáculo visual voltado ao engajamento digital, sob pena de perder sua essência sacramental e comunitária. A beleza litúrgica não está na ostentação, mas na simplicidade e profundidade do rito, no encontro com o mistério pascal de Cristo.

O neoconservadorismo litúrgico, amplificado pelas redes sociais, contribui para essa distorção ao enfatizar uma visão rubricista e estetizante do rito, frequentemente promovendo um apego quase fetichista a determinados elementos formais, como o uso do latim, a postura do celebrante e a arquitetura dos templos. Esse fenômeno revela uma compreensão empobrecida da teologia litúrgica que, segundo Romano Guardini, deve sempre equilibrar forma simbólica e participação consciente: “A liturgia exige que o homem inteiro participe, não apenas o sentimento, mas também o espírito” (GUARDINI, 2012, p. 56).

O exagero na estetização pode levar a uma experiência meramente emocional e sensorial, desviando o foco da dimensão sacramental para uma fruição superficial do rito. A Sagrada Escritura ensina que a autêntica adoração deve ser feita “em espírito e verdade” (Jo 4,24). A redução da liturgia a um espetáculo ignora essa dimensão essencial do culto cristão, transformando a participação numa experiência passiva, em vez de um encontro transformador com Deus. Os profetas do Primeiro Testamento denunciaram cultos superficiais, desvinculados da justiça e fidelidade ao Senhor: “Odeio e rejeito vossas festas, e não encontro prazer em vossas assembleias” (Am 5,21). Isso reforça que a liturgia deve conduzir à conversão e não ser apenas um exercício estético ou ritualístico.

Embora as redes sociais democratizem o acesso à informação religiosa, também se tornaram terreno fértil para a disseminação de desinformação litúrgica. O fenômeno das *fake news* litúrgicas, que distorcem a história e a teologia da liturgia, representa um dos grandes desafios do pós-Concílio, intensificado pelo ambiente digital. O Papa Francisco adverte:

Sejamos claros: deve-se cuidar de todos os aspectos da Celebração (espaço, tempo, gestos, palavras, objetos, vestimentas, cantos, música, ...) e cada rubrica deve ser observada: essa atenção seria suficiente para não furtar a assembleia do que lhe é devido, isto é, o Mistério pascal celebrado na modalidade ritual que a Igreja estabelece. Porém, ainda que a qualidade e a norma da ação celebrativa estivessem garantidas, isso não seria suficiente para tornar plena a nossa participação (DD, nº 23).

A tradição não é um fóssil, mas um rio que leva a mesma água de suas fontes para novos territórios. Essa visão dinâmica contrasta com as narrativas digitais que distorcem a reforma litúrgica. Como aponta Silva (2003), no Brasil, pesquisas quantitativas evidenciam o alcance dessas distorções.

A Sagrada Escritura também aponta a necessidade de formação autêntica, em oposição à superficialidade e à desinformação. O apóstolo Paulo adverte: “Pois chegará o tempo em que não suportarão a sã doutrina, mas, segundo suas paixões, se rodearão de mestres que lhes afaguem os ouvidos” (2Tm 4,3). Esse alerta se concretiza na proliferação de conteúdos que promovem visões distorcidas da liturgia, desconectadas da doutrina e do Magistério.

A ignorância litúrgica afeta diretamente a vivência da fé e a identidade comunitária da Igreja. Para Boff, “a liturgia não é mero formalismo ritual, mas celebração da caminhada do povo de Deus na história” (BOFF, 1982, p. 78). Certos influenciadores digitais, ao promoverem práticas distorcidas, conduzem a uma visão fragmentada da liturgia, descolada de sua dimensão sacramental e comunitária.

Nas redes, a liturgia passou a ser campo de disputa ideológica. O neoconservadorismo católico, impulsionado pelo ambiente digital, tem utilizado a liturgia como marcador de identidade política e cultural, opondo-se a qualquer desenvolvimento teológico ou pastoral percebido como *modernista* ou *progressista*.

Na *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco adverte contra esse fechamento:

Nunca se fecha, nunca se refugia nas próprias seguranças, nunca opta pela rigidez auto defensiva. Sabe que ele mesmo deve crescer na compreensão do Evangelho e no discernimento das sendas do Espírito, e assim não renuncia ao bem possível, ainda que corra o risco de sujar-se com a lama da estrada (EG, nº 45).

Entretanto, muitos grupos, especialmente no meio digital, promovem uma visão excludente da liturgia, rejeitando a diversidade de expressões culturais e espirituais presentes na Igreja. A Sagrada Escritura, ao contrário, apresenta a unidade como essencial ao culto cristão: “Já que há um único pão, nós, embora muitos, somos um só corpo, visto que todos participamos desse único pão” (1Cor 10,17). A celebração eucarística, quando instrumentalizada para fins ideológicos, perde sua dimensão de comunhão.

A fragmentação ideológica da liturgia afeta a percepção dos fiéis, comprometendo sua dimensão eclesial e tornando-se obstáculo à vivência autêntica

da fé. Guardini ressalta que a liturgia é expressão da comunidade dos fiéis, indo além de indivíduos ou grupos: “Não diz ‘eu’, mas ‘nós’ [...] A liturgia se apoia não no indivíduo, mas na comunidade dos fiéis” (GUARDINI, 2012, p. 43).

Diante desse cenário, é urgente recuperar uma compreensão integral da liturgia como lugar de comunhão, mistério e missão. A celebração litúrgica não pode ser instrumentalizada por interesses estéticos, ideológicos ou midiáticos, pois é o espaço por excelência em que a Igreja se reconhece como Corpo de Cristo. A formação litúrgica dos fiéis, recomendada pelo Concílio Vaticano II e reiterada pelo Magistério recente, é essencial para uma participação plena, consciente e ativa (SC, nº 14). Tal formação deve permitir o discernimento entre a verdadeira beleza litúrgica, que conduz ao mistério, e o esteticismo vazio, que apenas fomenta divisões.

A Igreja é chamada a testemunhar, também no ambiente digital, a autêntica teologia da liturgia, promovendo o encontro com Cristo vivo e ressuscitado, e não uma caricatura de culto moldada por algoritmos e tendências ideológicas. Como recorda o Papa Francisco, é necessário “redescobrir, custodiar e viver a verdade e a força da celebração cristã” (DD, nº 16), para que a liturgia continue sendo fonte e cume da vida eclesial, e não campo de batalha simbólica. Somente assim será possível superar a fragmentação eclesial e restituir à liturgia seu papel unificador e evangelizador.

3.4. Renovação litúrgica: caminhos para uma Igreja Missionária

A liturgia ocupa um lugar central na vida da Igreja. O Concílio Vaticano II, por meio da *Sacrosanctum Concilium*, destacou a necessidade de uma renovação litúrgica que favorecesse os caminhos para uma Igreja missionária. Essa renovação passa, principalmente, pela participação ativa dos fiéis, pela inculturação sem relativismo e pela formação litúrgica contínua

A *Sacrosanctum Concilium*, documento fundamental do Concílio Vaticano II sobre a liturgia, afirma que “a participação dos fiéis deve ser plena, consciente e ativa nas celebrações litúrgicas” (SC, nº 14). Essa diretriz indica que a liturgia não deve ser um espetáculo assistido passivamente, mas uma ação comunitária em que cada batizado assume seu lugar no Corpo de Cristo. A *actuosa participatio*, como expressa o termo latino, é o eixo da renovação proposta pelo Concílio e constitui um elemento vital para uma Igreja em saída missionária.

Na prática, essa participação tem se concretizado em experiências paroquiais que envolvem diretamente os leigos na vida litúrgica, como a formação de corais comunitários, ministérios da acolhida, leitores, ministros extraordinários da Eucaristia e equipes de liturgia. O Diretório Homilético da CNBB enfatiza que “a celebração litúrgica é ação de todo o Povo de Deus, onde cada batizado exerce seu sacerdócio real” (CNBB, 2021, nº 27).

A presença dos leigos não deve ser simbólica ou decorativa, mas funcional e formativa, o que exige discernimento, preparação e acompanhamento pastoral.

O povo santo de Deus participa também do múnus profético de Cristo, difundindo seu testemunho vivo-sobretudo pela vida de fé e caridade e oferecendo a Deus um sacrifício de louvor, fruto dos lábios que professam seu nome (Hb 13,15). A totalidade dos fiéis que receberam a unção do Santo (1Jo 2,20 e 27) não pode enganar-se na fé e manifesta esta sua propriedade peculiar por meio do senso sobrenatural da fé de todo o povo quando, “desde os Bispos até os últimos fiéis leigos”, apresenta seu universal consenso em matéria de fé e costumes. Por este senso de fé, despertado e sustentado pelo Espírito da verdade, O povo de Deus, conduzido pelo sagrado magistério que fielmente acata, já não recebe a palavra de homens, mas verdadeiramente a Palavra de Deus (1Ts 2,13), adere indefectivelmente à fé uma vez para sempre transmitida aos santos (Jd 3) e, com reto juízo, penetra-a mais profundamente e mais plenamente a aplica na vida (LG, nº 12).

A participação litúrgica, portanto, está intimamente ligada à missão da Igreja, pois nela os fiéis são alimentados pela Palavra e pela Eucaristia para anunciar o Evangelho no mundo. A assembleia litúrgica, quando bem-preparada e integrada, torna-se um verdadeiro sacramento da comunhão e da missão. Essa participação não se restringe à presença física, mas envolve engajamento consciente, frutuoso e transformador.

No contexto brasileiro, essa participação tem se manifestado de diversas formas. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por exemplo, desempenham papel fundamental nesse processo. O Documento 43 da CNBB, *Animação da Vida Litúrgica no Brasil*, enfatiza a relação entre a celebração litúrgica e a vida cotidiana do povo, destacando que “a liturgia deve expressar a vida do povo, suas alegrias, suas lutas e esperanças, celebradas na fé” (CNBB, 1997, nº 24). Essa afirmação reforça a compreensão de que a liturgia nas CEBs não é uma realidade à parte, mas brota da experiência concreta do povo e a ela retorna como força animadora e expressão de fé.

Nessas comunidades, os fiéis assumem papéis ativos nas celebrações, refletindo a realidade local e promovendo uma liturgia encarnada na vida do povo. As *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019–2023* reforçam esse compromisso ao destacar a importância de “promover a participação ativa dos fiéis leigos e leigas nos diversos ministérios e serviços eclesiais” (CNBB, 2019, p. 45).

A inculturação litúrgica também se apresenta como uma exigência evangélica e uma aplicação concreta do princípio da Encarnação. Cristo assumiu a condição humana em uma cultura específica, e a liturgia, enquanto prolongamento do mistério pascal, deve dialogar com as culturas dos povos sem comprometer a integridade da fé. A *Sacrosanctum Concilium* afirma:

A Igreja não pretende impor na liturgia uma rígida uniformidade, para as coisas que não afetam a fé ou o bem de toda a comunidade. Pelo contrário, respeita e promove os dotes e qualidades peculiares das distintas raças e povos (SC, nº 37).

Essas adaptações litúrgicas às diversas culturas permitem que o Evangelho seja expresso de maneira significativa em diferentes contextos culturais. João Paulo II ressaltou que a inculturação é uma exigência da evangelização (RM, nº 52), indicando a importância de expressar a fé cristã nas linguagens e símbolos próprios de cada cultura.

Um exemplo notável dessa prática foi a aprovação, pela Santa Sé, do Rito Zaireense (ou Congolês), uma forma inculturada da Missa romana adaptada às expressões culturais africanas. Em 1988, a Congregação para o Culto Divino autorizou seu uso; mais recentemente, o Papa Francisco celebrou com esse rito na Basílica de São Pedro, em 2022. Essa experiência serve de inspiração para a Igreja no Brasil, especialmente em celebrações que incorporam elementos das culturas indígenas e afro-brasileiras.

No Brasil, experiências de inculturação ocorrem principalmente em comunidades indígenas e afrodescendentes. O Documento de Aparecida reforça essa dimensão ao afirmar que a piedade popular é uma forma legítima de viver a fé, e nela encontram-se elementos que devem ser evangelizados, mas também reconhecidos e valorizados (Cf. DAp, nº 258). A inculturação, portanto, não se trata de sincretismo relativista, mas de um processo teológico-pastoral que busca integrar a fé cristã às expressões culturais dos povos, salvaguardando a verdade do Evangelho.

Por fim, a formação litúrgica contínua é um dos maiores desafios do pós-concílio. A *Sacrosanctum Concilium* já advertia: “para que isto possa acontecer é necessário que, antes de tudo, os Bispos estejam imbuídos plenamente do espírito e da força da Liturgia e se tornem mestres neste assunto” (SC, nº 14). Isso exige um itinerário formativo que vá além da catequese sacramental básica.

Tal formação deve incluir cursos, oficinas e encontros que aprofundem o sentido dos símbolos, gestos e palavras do rito. É fundamental que as comunidades ofereçam cursos de liturgia para agentes pastorais, oficinas sobre o ano litúrgico, leitura orante dos textos litúrgicos, bem como formação para leitores, músicos e ministros extraordinários.

O Diretório Nacional de Catequese propõe uma articulação entre catequese e liturgia, destacando que “a educação da fé deve incluir o aprendizado orante da liturgia” (CNBB, 2006, nº 177). Essa integração visa assegurar que a liturgia seja não apenas celebrada, mas compreendida e vivida como fonte e ápice da vida cristã.

3.5. Síntese e perspectivas

A celebração litúrgica, enquanto ação central da vida da Igreja, encontra na renovação proposta pelo Concílio Vaticano II um horizonte fecundo para responder aos desafios do tempo presente. A busca por uma liturgia mais viva, participativa e inculturada perpassa não apenas os documentos conciliares, mas também as exigências pastorais concretas das comunidades e, portanto, torna-se imprescindível que a Igreja continue buscando caminhos para celebrar com autenticidade, sem perder de vista a fidelidade à tradição e o dinamismo exigido pela missão evangelizadora.

A participação ativa dos fiéis, a inculturação responsável e a formação litúrgica contínua são eixos que sustentam essa renovação. Tais aspectos exigem o comprometimento de pastores, leigos e das instâncias formativas, uma vez que a liturgia expressa a fé e constitui um espaço privilegiado de encontro com Cristo. Valorizar as culturas locais, mantendo a unidade da Igreja, torna a liturgia mais próxima da realidade do povo, sem perder seu caráter universal.

Ao investir nesses aspectos, a Igreja no Brasil fortalece sua identidade missionária e se mostra atenta aos sinais dos tempos. Os desafios enfrentados pelas celebrações litúrgicas não são obstáculos intransponíveis, mas convites à conversão

pastoral e ao amadurecimento da fé. Assim, a renovação litúrgica permanece como tarefa permanente, necessária para que a liturgia continue sendo, como desejava o Concílio, o cume e a fonte da vida cristã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma litúrgica promovida pelo Concílio Vaticano II, por meio da constituição *Sacrosanctum Concilium*, representa uma profunda virada pastoral e teológica na vida da Igreja. Mais do que uma simples modificação de ritos, tratou-se de uma renovação do coração da vida eclesial, com o objetivo de alcançar uma liturgia mais acessível, participativa e fiel à sua natureza comunitária e celebrativa do mistério pascal de Cristo (SC, nº 10).

Este trabalho buscou evidenciar, com profundidade e método, como esse processo de reforma foi sendo gestado ao longo do século XX e início do século XXI, encontrando ressonâncias significativas na realidade latino-americana. Essa região, marcada por profundas desigualdades sociais e por uma religiosidade popular viva e expressiva, acolheu a renovação litúrgica com criatividade pastoral — não sem tensões e resistências.

A partir das Conferências de Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007), a América Latina aprofundou a compreensão da liturgia como espaço de escuta, anúncio e compromisso com os pobres, os marginalizados e com a justiça social (DAp, 2007, p. 23). A inculturação da liturgia — conceito central para a teologia latino-americana — mostrou-se essencial para a recepção eficaz do Concílio. Como observa Clodovis Boff: “a liturgia é o lugar por excelência da memória cristã, onde a vida dos pobres deve ser celebrada como lugar da presença salvífica de Deus” (BOFF, 2004, p. 215).

A partir dessa perspectiva, a celebração litúrgica não pode ser compreendida como um evento isolado da vida cotidiana, mas deve constituir-se como memória transformadora, capaz de impulsionar os fiéis ao compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Todavia, apesar dos frutos visíveis da reforma, os desafios persistem. A formação litúrgica insuficiente de muitos ministros e comunidades segue gerando celebrações fragmentadas — muitas vezes centradas no celebrante ou marcadas por reducionismos formais. Como adverte Valeriano dos Santos Costa, é necessário resgatar a dimensão mística da liturgia: “celebrar os mistérios da fé é entrar no invisível por meio do visível; é fazer da liturgia um lugar de encontro com o mistério pascal, e não um simples evento social” (COSTA, 2009, p. 93).

Ao longo de sua vida, o Papa Bento XVI alertou para os riscos de duas posturas extremas: o arqueologismo, que absolutiza o passado, e o modernismo, que relativiza os fundamentos litúrgicos. Ratzinger nos faz a seguinte pergunta, “ A nossa liturgia não consiste numa vida cotidiana vivenciada no amor, no abrir-se ao verdadeiro sacrifício, tornando-nos, assim, semelhante a Deus?” (RATZINGER, 2015, p. 47).

Outro risco contemporâneo é a ideologização da liturgia. A chamada *guerra litúrgica* entre grupos progressistas e tradicionalistas desvirtua o sentido eclesial da celebração. O Papa Francisco, ao advertir sobre essa polarização, recorda que a liturgia não é um campo de batalha, mas o lugar do encontro com o Ressuscitado. Por isso, é preciso deixar-se formar por ela, mais do que pretender formá-la segundo gostos pessoais (Cf. DD, nº 10, 11, 31).

Neste horizonte, a América Latina tem muito a oferecer à Igreja universal. Sua experiência de fé encarnada, comprometida com os últimos, sua tradição de religiosidade popular e sua teologia profundamente enraizada na realidade podem inspirar caminhos novos e fecundos. A liturgia, para ser verdadeiramente fiel ao Evangelho, deve unir a sacralidade do rito à profecia do testemunho, tornando-se espaço de contemplação e envio missionário.

Conclui-se, portanto, que o processo de renovação litúrgica permanece em aberto. Trata-se de um caminho que exige escuta atenta ao Espírito, fidelidade ao magistério da Igreja e sensibilidade pastoral diante dos sinais dos tempos. A *Sacrosanctum Concilium* continua a ressoar como um convite à Igreja para celebrar com autenticidade, formar com profundidade e viver com coerência. Como recorda a própria constituição, “a liturgia é a fonte da vida cristã” (SC, nº 10); por isso, nela pulsa o coração da Igreja em missão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Ronny Santos de. **Povo de Deus, a eclesiologia central do Vaticano II do pré-concílio ao Papa Francisco**. Rio de Janeiro: Letras Capital, 2021.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

AGUIAR, Gilmar Antônio. **Aspectos da teologia litúrgica nas Conferências de Medellín e Puebla**. In: SOUZA, Ney de (Org.). *Evangelização na América Latina: notas sobre as conferências de Medellín e Puebla*. Jundiaí: Editora Paco, 2009.

AUGÉ, Matias. **Liturgia: história, celebração teologia, espiritualidade**. São Paulo: Ave Maria, 2007.

BECKHAUSER, Alberto. **Sacrosanctum Concilium: texto e comentário**. São Paulo: Paulinas, 2012.

BERGOGLIO, Jorge M. **Educar: exigência e paixão**. São Paulo: Loyola, 1999.

BERNADINO, Angélico Sândalo. **Concílio da primavera da Igreja**. São Paulo: Paulus, 2012.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Edição atualizada. São Paulo: Paulus, 2002.

BOER, Sjjak de. **Por uma liturgia libertadora: a unção coletiva dos doentes**. São Paulo. Edições Paulinas, 1998.

BOFF, Leonardo. **Sacramentos da vida, vida dos sacramentos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

BOFF, Clodovis. **Teologia e prática: Teologia do Político e suas mediações**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOFF, Leonardo. **Quarenta anos da teologia da libertação**. Leonardo Boff, 2011. Disponível em: <https://leonardoboff.org/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

BOGAZ, Antônio S.; HANSEN, João H. **Reforma Litúrgica: renovação ou revelação?** São Paulo: Paulinas, 2012.

BOROBIO, Dionisio. **Celebrar para viver: Liturgia e sacramentos da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

BRIGHENTI, Agenor; ARROYO, Francisco Merlos. **O Concílio Vaticano II: Batalha perdida ou esperança renovada?** São Paulo: Paulinas, 2015.

BUGNINI, Annibale. **A reforma litúrgica (1948 – 1975)** São Paulo: Paulinas, 2018.

CARDITA, Ângelo Manoel dos Santos. **Reforma Litúrgica para quê? Revisando a *Sacrosanctum Concilium***. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

CELAM. **Documentos do CELAM: conclusões das Conferências do Rio de Janeiro, de Medellín, Puebla e Santo Domingo**. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

CELAM. **Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe**. São Paulo: Paulus, 2007.

CHUPUNGCO, Anscar. **What, Then, Is Liturgy? Musings and Memoir**. Collegeville, MN: Liturgical Press, 2010.

CHUPUNGCO, Anscar. **Liturgical Inculturation: Sacramentals, Religiosity, and Catechesis**. Collegeville: Liturgical Press, 2005.

CNBB. **Animação da vida litúrgica no Brasil. Documentos da CNBB, n. 43**. Brasília: Edições CNBB, 1997.

CNBB. **Diretório Nacional de Catequese, Doc. 84**. São Paulo: Paulinas, 2006.

CNBB. **Doc. 85 – A música litúrgica no Brasil**. Brasília, Edições CNBB, 2008.

CNBB. **A Recepção da Reforma Litúrgica no Brasil: Estudos e Pesquisas**. Brasília: Edições CNBB, 2019

CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023**. Brasília: Edições CNBB, 2019.

CNBB. **Diretório Homilético**. Brasília: Edições CNBB, 2021.

COMBLIN, J. Sinais dos novos tempos – 40 anos depois do Vaticano II. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 66, n. 263, p. 575–588, 2006. DOI: 10.29386/reb.v66i263.1567. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/1567>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2025.

CONCÍLIO ECUMENICO VATICANO II. **Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium*, sobre a Sagrada Liturgia**. 1963. *In*: Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Brasília: Edições CNBB, 2018.

CONCÍLIO ECUMENICO VATICANO II. **Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, sobre a Igreja**. 1964. *In*: Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Brasília: Edições CNBB, 2018.

CONCÍLIO ECUMENICO VATICANO II. **Constituição Pastoral *Gaudium Et Spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje**. 1965. *In*: Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Brasília: Edições CNBB, 2018.

CONGAR, Yves. **La Tradition et les traditions**. Paris: Cerf, 1963.

Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos. (IGMR) **Instrução Geral do Missal Romano e introdução ao Lecionário**. Brasília: Edições CNBB, 2023.

COSTA, Valeriano dos Santos. Resgate da mística na liturgia a partir do Concílio Vaticano II. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, n. 68, p. 85-97, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/15443>. Acesso em: 09 de abril de 2025.

DOBSZAY, László. **The Bugnini-Liturgy and the Reform of the Reform**. Muscatine: Una Voce Press, 2010.

ELBERTI, Arturo. **A Liturgia no Mistério da Igreja**. (Cadernos do Concílio - 6). Brasília: Edições CNBB, 2023.

FRANCISCO, **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*** – A alegria do Evangelho sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FRANCISCO, **Entrevista a Papa Francesco di Antonio Spadaro**. 19 de Agosto de 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130921_intervista-spadaro.html Acesso em: 30 de outubro de 2024.

FRANCISCO, **Carta aos bispos do mundo para apresentar o *Motu Proprio Traditionis Custodes* sobre o uso da liturgia romana anterior à reforma de 1970**. Vaticano, 16 jul. 2021. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/it/letters/2021/documents/20210716-lettera-vescovi-liturgia.html>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

FRANCISCO, **Carta Apostólica em forma de *Motu Proprio Traditionis Custodes*** – Sobre o uso da liturgia romana anterior à reforma de 1970. Brasília: Edições CNBB, 2021.

FRANCISCO, **Carta Apostólica *Desiderio Desideravi*** – Sobre a formação litúrgica do Povo de Deus. Brasília: Edições CNBB, 2022.

FRANCISCO, **Discurso do Papa Francisco aos participantes na plenária do dicastério para o culto divino e a disciplina dos sacramentos (8 de fevereiro de 2024)**. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2024/february/documents/20240208-plenaria-culto-divino.html>) Acesso em: 10 de setembro de 2024.

FAGGIOLI, Massimo. **Liturgia e Poder: O debate sobre a reforma litúrgica após o Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2020.

GOMES, Juliano. **Do Concílio Vaticano II a Medellín: a hermenêutica conciliar na recepção criativa na América Latina**. In: SOUZA, Ney de (Org.). Evangelização na América Latina: notas sobre as conferências de Medellín e Puebla. Jundiaí, Editora Paco, 2009.

GRILLO, Andrea. **Beyond Pius V: Conflicting Interpretations of the Liturgical Reform**. Collegeville: Liturgical Press, 2016.

GUARDINI, Romano. **O Espírito da Liturgia**. Tradução de João Alves. São Paulo: Paulus, 2012.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

JOÃO PAULO II, **Redemptoris Missio: sobre a permanente validade do mandato missionário**. São Paulo: Paulinas, 1990.

JOÃO PAULO II, **Carta Apostólica *Spiritus et Sponsa* no XL aniversário da Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a sagrada liturgia**. 2003. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paulii/pt/apost_letters/2003/documents/hf_jp-ii_apl_20031204_spiritus-et-sponsa.html Acesso em: 28 de agosto de 2024.

JOÃO XXIII, **Discurso do Santo Padre João XXIII no qual anuncia o sínodo romano, o conselho ecumênico e a atualização do código de direito canônico. (25 de janeiro de 1959)**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/it/speeches/1959/documents/hf_j-xxiii_spe_19590125_annuncio.html. Acesso em: 22 de agosto de 2024.

JOÃO XXIII, **Discurso de sua Santidade Papa João XXII na abertura solene do SS. Concílio (11 de outubro de 1962)**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Acesso em: 22 de agosto de 2024.

MARTÍN, Julián López. **A Liturgia da Igreja: teologia, história, espiritualidade e pastoral**; tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

O'MALLEY, John. **Trent: What Happened at the Council**. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

PASSOS, João Décio. **Sujeitos no mundo e na Igreja**. São Paulo: Editora Paulus, 2014.

PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes. **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Editora Paulus, 2015.

RATZINGER, Joseph. **Introdução ao Espírito da Liturgia**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

REID, Alcuin. **The Organic Development of the Liturgy**. San Francisco: Ignatius Press, 2005.

SARTORE, Domenico; TRIACCA, Achille M. (Org). **Dicionário de Liturgia**. São Paulo: Editora Paulus, 1992.

SILVA, José Arivaldo da; SIVINSKI, Marcelino. **Liturgia um direito do povo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

SILVA, José Arioaldo da. *Sacrosanctum Concilium* e reforma litúrgica pós-conciliar no Brasil: um olhar panorâmico no contexto histórico geral da liturgia: dificuldades, realizações, desafios. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 63, n. 250, p. 278–294, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.29386/reb.v63i250.1796>. Acesso em: 07 de março de 2025.

SILVA, José Arioaldo da. **Liturgia e Vida Cristã: A celebração do Mistério Pascal**. São Paulo: Paulus, 2016.

SOUZA, Ney de. **História da Igreja: notas introdutórias**. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

VATICAN NEWS. Igreja Caldeia: Patriarca Sako: “Reforma litúrgica para celebrar melhor o mistério”. **Vatican News**, 25 out. 2021. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2021-10/igreja-caldeia-reforma-liturgica-patriarca-raphael-louis-i-sako.html>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2025.